



Conselho de Segurança das Nações Unidas

***“Conflitos que assolam a humanidade e a evolução
de grupos extremistas”***

Jennifer Vieira Goulart

Pedro Henrique Gregio Cazanova

Yara Vilela Santos

SUMÁRIO

1.	Carta aos delegados.....	3
2.	Sobre o Comitê.....	4
3.	Conflitos.....	5
	3.1 Guerra do Iêmen.....	5
	3.1.1 Consequências da guerra.....	6
	3.2 Guerra em Myanmar.....	7
	3.2.1 A questão religiosa.....	7
	3.2.2 Os conflitos atualmente e o êxodo como consequência.....	7
	3.3 Afeganistão.....	9
	3.4 A Questão Palestina.....	14
	3.5 Grupos extremistas.....	24
4.	Evolução tecnológica de grupos radicais.....	28
	4.1 Internet.....	28
	4.2 Tecnologia Bélica.....	29
5.	Ressurgimento de neonazistas.....	31
	5.1 O Nazismo.....	31
	5.2 O Neonazismo.....	32
6.	A influência da economia capitalista nas guerras.....	35
	6.1 Capitalismo, guerras e o meio ambiente.....	37
7.	Crise política e militar na Venezuela.....	40
8.	Posicionamento dos participantes.....	44
9.	Referências bibliográficas.....	49

1. Carta aos delegados

Caros delegados(as),

É um imenso prazer tê-los neste comitê. Desde já agradecemos a presença de vocês nos debates que realizaremos, os quais proporcionarão uma busca de possíveis soluções para as diversas mazelas sociais envolvendo a segurança pública. Desse modo, este guia os ajudará no melhor entendimento acerca dos subtemas que trataremos nas discussões, além das posições dos países que estarão presentes em nosso encontro.

Neste contexto, com o tema “Conflitos que assolam a humanidade e a evolução de grupos extremistas”, é de suma importância perceber a notoriedade e a influência mundial deste tópico em relação ao bem estar social, já que as consequências de diversos conflitos e de práticas de ajuntamentos intransigentes geram impactos que assolam e difamam a vida das minorias que não possuem mecanismos para se defender e se recuperar dos danos sofridos. Assim, a cooperação de cada delegação em conjunto aos porta-vozes da ONU é extremamente necessária, para que se possa, o mais rápido possível, cumprir o dever coletivo de construir projetos que viabilizem a melhora do desenvolvimento humano no que tange à proteção das vidas.

Cordialmente,

Jennifer Vieira Goulart
Pedro Henrique Gregio Cazanova
Yara Vilela Santos

2. Sobre o Comitê

Fundado em 17 de janeiro de 1946, O **Conselho de Segurança das Nações Unidas** é um órgão da Organização das Nações Unidas cujo mandato é, de acordo com o Capítulo V da Carta da ONU, regulamentar os litígios entre os Estados-membros, regulamentar e regular a distribuição e comércio de armamentos, agir em casos de agressão e ameaça à paz e decidir sobre medidas a serem tomadas para a execução da sentença da Corte Internacional de Justiça (Capítulos VI, VII, VIII e XII da Carta da ONU). Além disso, o CSNU recomenda métodos de diálogo entre os países, solicita que as nações apliquem sanções econômicas e outras medidas para impedir ou deter alguma agressão, recomenda o ingresso de novos membros na ONU e, para a Assembleia Geral, propõe a eleição de um novo Secretário-Geral.

Este comitê é o único órgão do sistema internacional capaz de adotar decisões obrigatórias para todos os 193 Estados-membros da ONU, podendo inclusive autorizar uma intervenção militar, o desdobramento de operações de manutenção da paz e missões políticas especiais para garantir a execução de suas resoluções.

O Conselho é composto por 15 membros e há 5 membros permanentes com poder de veto: os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, a Rússia e a República Popular da China. Os demais dez membros são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos, o que incentiva uma rotatividade em prol da participação da maioria dos Estados-membros. Em relação aos votos, uma resolução do Conselho de Segurança é aprovada se tiver maioria de nove dos quinze membros, inclusive os cinco membros permanentes. Um voto negativo de um membro permanente configura um veto à resolução. A abstenção de um membro permanente não configura veto.

Dessa forma, o órgão, que há décadas extingue conflitos na Sociedade Internacional, representa uma grande relevância na mediação de conflitos presentes na atualidade, evitando a permanência de regimes ditatoriais e guerras civis.

3. Conflitos

3.1 Guerra Civil no Iêmen

Em 2004, uma etnia Houthis constituída por muçulmanos que seguem uma corrente do islã chamada zaidismo iniciou uma campanha armada contra o governo iemenita que se fortaleceu durante a década. Sete anos depois, o líder Houthis iniciou uma ofensiva para a queda do governo do presidente Saleh que sucedeu o comando para o seu vice, Abd-Rabbu Mansour Hadi. Hadi enfrentou uma variedade de problemas, incluindo ataques da Al-Qaeda, um movimento separatista no sul, a resistência de muitos militares que continuaram leais a Saleh, assim como a corrupção, o desemprego e a insegurança alimentar. O movimento houthi havia vivenciado uma série de batalhas contra Saleh na década anterior, desfrutou da fraqueza do novo presidente e assumiu o controle da província de Saada, no nordeste do país.

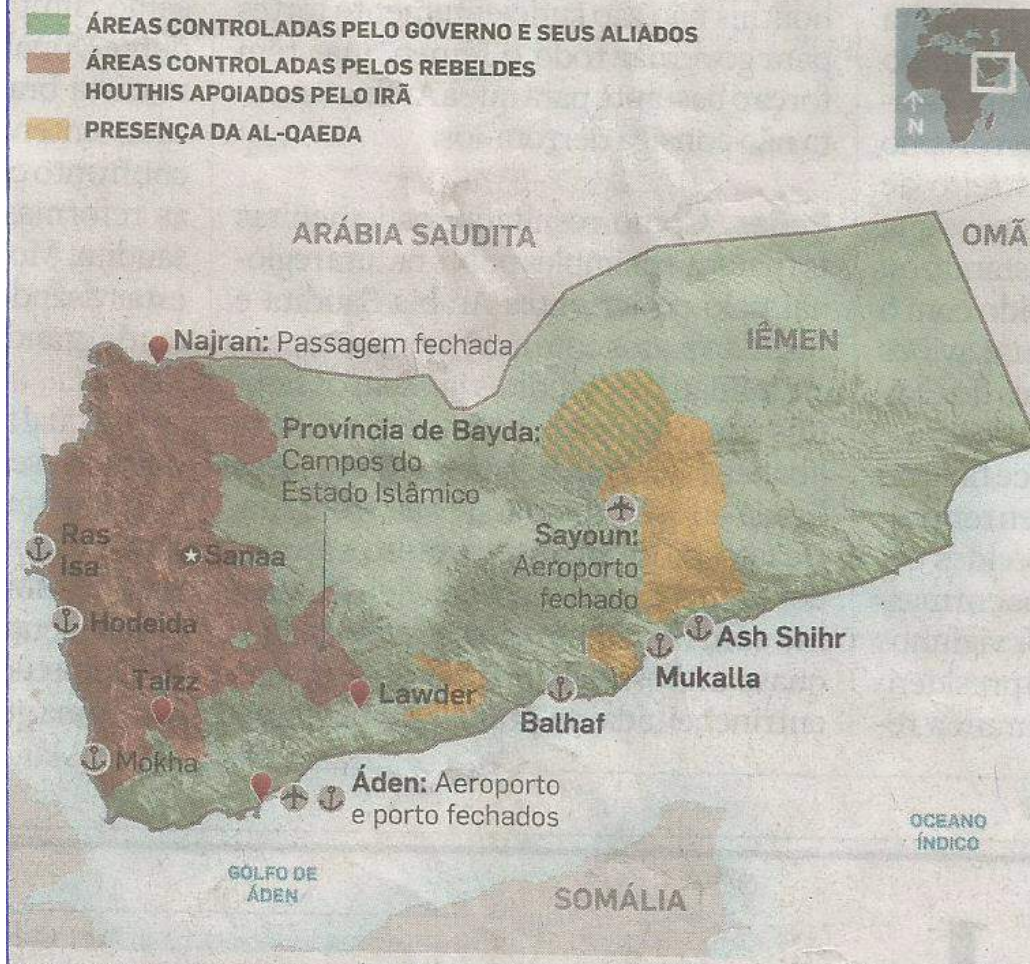
Desiludidos com a transição, muitos iemenitas – incluindo os sunitas – apoiaram os houthis e, em setembro de 2014, invadiram a capital Sanaa montando acampamentos nas ruas e bloqueando as vias. Após quatro meses, os houthis cercaram o palácio presidencial e empregaram o presidente Hadi e seu gabinete em prisão domiciliar. Contudo, o Presidente conseguiu fugir para a cidade de Áden no mês seguinte.

Nesse cenário, os houthis tentaram então tomar o controle do país inteiro, e Hadi teve que deixar o Iêmen. Alarmados com o crescimento de um grupo que eles acreditavam ser apoiado militarmente pelo poder xiita local do Irã, a Arábia Saudita e outros oito Estados sunitas árabes começaram uma série de ataques aéreos para restaurar o governo de Hadi. Essa coalizão recebeu apoio logístico e de inteligência dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França.

A PIOR CRISE DO ORIENTE MÉDIO

● Coalizão árabe liderada pela Arábia Saudita e governo iemenita lançam operação para retomar a capital Sanaa

- ÁREAS CONTROLADAS PELO GOVERNO E SEUS ALIADOS
- ÁREAS CONTROLADAS PELOS REBELDES HOUTHIS APOIADOS PELO IRÃ
- PRESENÇA DA AL-QAEDA



Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, dezembro de 2017

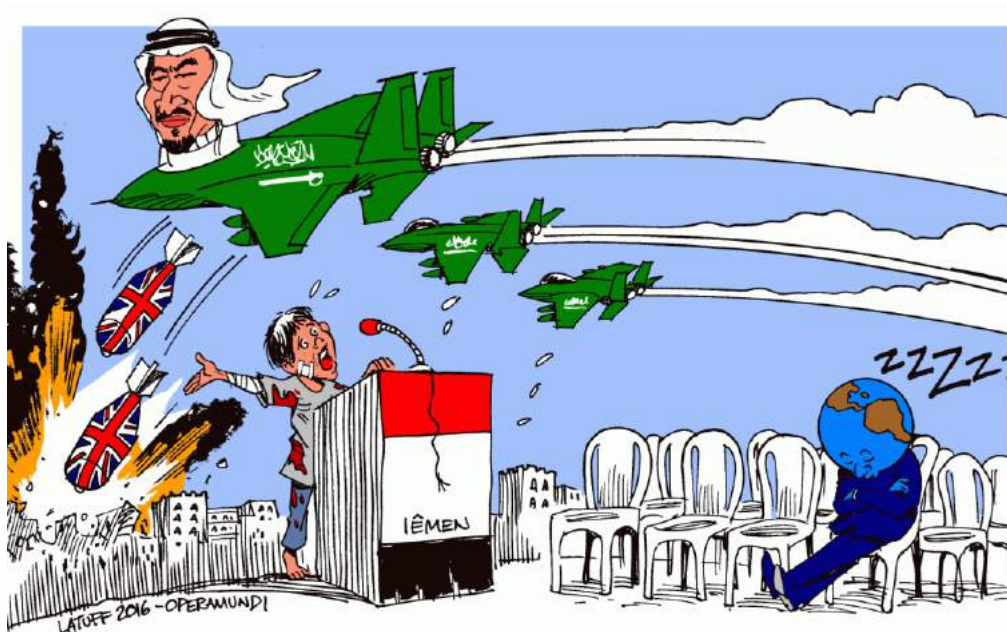
3.1.1 Consequências da guerra

A guerra civil no Iêmen, o país mais pobre do mundo árabe, deixa 22 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade, segundo os dados mais recentes da Organização das Nações Unidas (ONU), que considera essa a maior crise

humanitária global em curso atualmente. Entretanto, é uma crise ignorada por parte da mídia e dos civis, como se o mundo estivesse alheio à guerra, à fome e à precária condição que os iemenitas passam diariamente.

Duas potências do Oriente Médio se destacam neste conflito: de um lado, estão as forças do governo de Abd-Rabbu Mansour Hadi, apoiadas por uma coalizão sunita liderada pela Arábia Saudita; do outro, a milícia rebelde huti, de xiitas, apoiada pelo Irã, que controla a capital, Sanaa. Além do conflito armado, o país sofre com bloqueios comerciais impostos pelos sunitas, que impedem a ajuda humanitária a chegada de itens básicos para 70% da população iemenita, como comida, gás de cozinha e medicamentos. Ademais, os anos de conflito não só provocaram essa escassez aguda de alimentos, como destruíram o sistema de saúde do país, dificultando o combate a uma grave epidemia de cólera. Em dezembro, o número de casos suspeitos de cólera alcançou 1 milhão.

O que acontece no Iêmen pode aumentar muito as tensões na região e os temores do Ocidente de ataques vindos do país à medida que ele se torna mais instável. O surgimento, na região, de novos movimentos afiliados ao grupo extremista autodenominado Estado Islâmico também é motivo de preocupação. O Iêmen é estrategicamente importante, porque está no estreito de Bab-el-Mandeb, que faz ligação com a África e é rota de navios petroleiros. Além disso, muitas potências lucram indiretamente com a guerra iemenita: a coalizão saudita, que bombardeia o Iêmen, compra armas de países como Estados Unidos, Reino Unido e França.



Fonte: Charge de lattuf / Site de notícias Opera Mundi



Fonte: Reuters/ K. Abdullah

3.2. Conflitos em Myanmar

3.2.1 A questão religiosa

No século passado, o budismo era considerado uma das maiores religiões do mundo. Com o advento do secularismo e do evangelismo de outras religiões, entretanto, ele começou a se tornar vulnerável e seus seguidores inseguros em relação à sobrevivência da sua ideologia. Atualmente, em função dessa insegurança, fundamentalistas budistas têm se posicionado violentamente contra adeptos de outras religiões, como cristãos e muçulmanos, para proteger a existência da sua.

A perseguição de muçulmanos pode ser explicada devido ao fato de que, historicamente, a chegada do islamismo tem sido associada à destruição do budismo, como aconteceu no Afeganistão e no Paquistão, que eram compostos majoritariamente por budistas e se tornaram islâmicos desde a chegada dessa fé aos seus territórios, do século VII ao XI. De acordo com o Pew Research Center, o medo dos budistas em relação à sua extinção não é totalmente exagerado, uma vez que estima-se que em 2050 a população muçulmana será seis vezes maior que a budista – com a primeira correspondendo a 30% do total global, e a última apenas a 5%.

A origem do conflito no Myanmar, particularmente, remete aos seus anos coloniais, com o início do domínio britânico no século XIX. Durante a colonização, os britânicos retiraram o apoio tradicional do governo aos monastérios, o que levou à fragmentação de instituições religiosas locais. Com isso, a colônia passou também a substituir a educação dos valores religiosos e culturais budistas, antes feita pelos monastérios e que era seguida pela maioria da população, por conhecimentos ocidentais, que objetivavam a ascensão econômica e social. Essa desvinculação do governo e da religião fez com que os budistas sentissem que seus valores e práticas tradicionais estavam sendo perdidos e insatisfação budista aumentou quando os imigrantes indianos - hindus e muçulmanos - passaram a dominar os setores da economia.

Nesse contexto, a maioria budista do país conseguiu se unir sob a ideia de uma nação independente constituída pelos valores de sua religião. O sentimento anticolonial ganhou força e Myanmar adquiriu sua independência em 1948. Com o fim do período colonial, os direitos e privilégios passaram a ser direcionados aos budistas, deixando de lado assim, as outras culturas e religiões.

O cenário de privilégio ao budismo se intensificou com o regime militar em 1962 em que a liberdade religiosa para os não budistas era inexistente. Ainda sim, com o fim

do regime militar em 2011, após quase 50 anos, o nacionalismo budista se tornou ainda mais visível. Os discursos de ódio espalharam-se pelo país, sobretudo nas mídias sociais, o que se refletiu no “mundo real”, levando a uma onda de violência anti-islâmica em 2012.

3.2.1 Os conflitos atualmente e o êxodo como consequência

Os conflitos em Myanmar iniciaram-se com a independência dessa região em Abril de 1948. Sucessivos governos centrais combateram uma miríade de rebeliões separatistas e comunistas. Essas insurreições foram apoiadas por alguns países estrangeiros, agravando o isolamento diplomático da Birmânia e a desconfiança e a preocupação dos birmaneses em relação às minorias e às potências estrangeiras. Reino Unido, por exemplo, apoiou os karens já em 1949; facções religiosas armadas (muçulmanas e cristãs) também participaram dos combates contra a junta militar birmanesa. Atualmente, cada vez mais organizações estão lutando, principalmente contra o governo. Como resultado dos conflitos, milhares de refugiados de Mianmar vivem na vizinha Tailândia e em outros países da região, além de centenas de milhares de pessoas deslocadas internamente. O conflito centra-se principalmente na luta contra regime militar que governou o país de 1962 a 2011. Após o final do regime militar, o país permanece em uma crise que afeta principalmente o estado de Rohingya, o mais pobre de Myanmar, que sofreu uma destruição e mortes em larga escala, além dos saques e incêndios em casas e vilarejos.

A violência generalizada provocou o êxodo de pessoas que se deslocaram tanto dentro do estado de Rakhine como através da fronteira do país vizinho de Bangladesh. Seis meses após o início da crise, e expectativa é de que 688 mil pessoas tenham fugido para Bangladesh, enquanto centenas de milhares se deslocaram dentro do estado Rakhine. Milhares de outras ficaram encurraladas pela guerra. Todas as comunidades afetadas pela violência estão sofrendo e o CICV (Comitê Internacional da Cruz Vermelha) está profundamente preocupado com a situação das famílias atingidas por essa crise.

O Myanmar é um país de maioria budista (90% da população de 60 milhões segue a religião). A etnia rohingya é uma minoria muçulmana que vive em Rakhine, uma

área pobre e remota do país. A origem da etnia rohingya ainda é incerta e gera controvérsias. Eles se autodeclararam um povo tradicional ou indígena e possuem um dialeto próprio. Outros apontam que, na verdade, são muçulmanos de origem bengali que migraram para Myanmar durante a colonização britânica. O governo estaria disposto a conceder cidadania à minoria muçulmana caso se identificassem como bengali - opção que os rohingya, por sua vez, consideram inaceitável.

Em 2012, choques entre os rohingya e nacionalistas budistas causaram numerosas mortes, forçando dezenas de milhares da minoria muçulmana a fugir para Bangladesh, Malásia, Tailândia e Indonésia. Desde então, cerca de 200 mil deslocados estão vivendo em acampamentos em Rakhine.

Em outubro de 2016, militantes rohingya atacaram pontos de controle de segurança, matando numerosos policiais. As forças de segurança birmanesas reagiram lançando operações antiterrorismo contra os rebeldes. Segundo grupos de direitos humanos, como a Human Rights Watch e a Anistia Internacional, essas operações envolveram matança arbitrária, estupro sistemático, incêndio de casas e expulsão de moradores.

A ONU registrou que, em consequência, cerca de 87 mil rohingyas fugiram para Bangladesh. Após a mais recente onda de violência, começada em 25 de agosto, contudo, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) calcula que outros 400 mil procuraram refúgio no país vizinho, com mais 10 mil a 20 mil chegando a cada dia.

Alguns analistas afirmam que a crise é mais motivada por questões políticas e econômica. Entre eles está Siegfried O. Wolf, diretor de pesquisa no South Asia Democratic Forum (SADF), sediado em Bruxelas. "Relações inter-religiosas são muito complexas em Myanmar. Muçulmanos, especialmente os rohingya, são confrontados com a islamofobia profundamente arraigada de uma sociedade e Estado predominantemente budistas. Os fundamentalistas alegam que a cultura budista nacional estaria ameaçada pelos muçulmanos, ainda mais devido ao fato de Myanmar estar cercado por vários países islâmicos, como Bangladesh, Malásia e Indonésia."

A esse, prossegue Wolf, se acrescenta o aspecto econômico: "O estado de Rakhine é uma das áreas mais pobres do país, apesar de ser rico em recursos

naturais. Assim, os rohingya são considerados um lastro econômico adicional para o estado, ao competirem pelos poucos empregos e oportunidades de negócios disponíveis."

Outro problema do país é o grande número de etnias, que totalizam 135, sendo uma tarefa árdua do Estado reconciliar as demandas - sobretudo depois de longos anos dentro de um regime militar -, já que não apenas os Rohingya, mas outros grupos minoritários também sofrem discriminação. A marginalização afeta os campo político e econômico e também a privação de direitos à religião, linguagem e cultura.

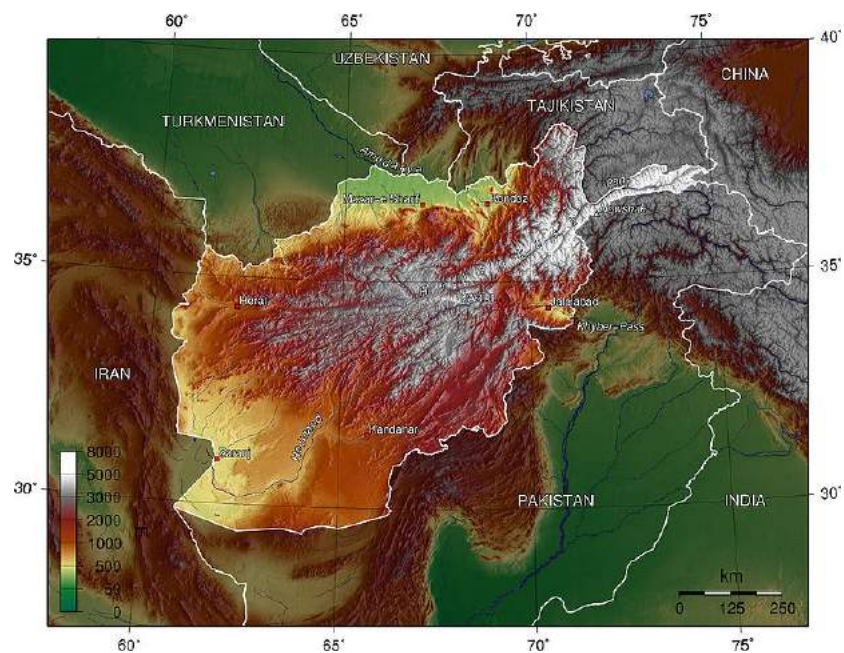
Em 2017, durante a visita do Papa ao país, o chefe das Forças Armadas afirmou que 'não há discriminação no Myanmar', e parabenizou os militares pela 'manutenção das organizações que tratam de direitos humanos'. O Governo – que nega repetidamente as acusações de genocídio – defende que os recentes ataques são uma resposta aos crimes cometidos contra soldados birmaneses e afirma, em relação aos Rohingya mortos, que eram terroristas, sendo também responsabilizados pela destruição de suas próprias casas e vilas. O Estado declara ser desvantajoso e perigoso conceder direitos às minorias, já que seria prejudicial aos budistas bramá - etnia predominante no país - e sustentam a perseguição aos Rohingya assegurando que a crescente taxa de natalidade desse grupo étnico e a incompatibilidade da cultura Rohingya e bramá como grandes problemas em Myanmar.



Fonte: Alliance/dpa/B.Armangue

- Sugestão: Filme “Além da Liberdade” (2011)

3.3. Afeganistão



Fonte: Wikipedia

doutrina comunista e a favor dos princípios do Islã - de resistir ao invasor estrangeiro por meio do clima, do relevo, da vegetação e das doenças locais, o que prologou o conflito. Associado a essa questão, houve um descompasso e falta de entrosamento dos políticos civis com as forças militares da URSS nas tomadas de decisões estratégicas, o que implicou a ineficiência dos planos feitos, provocando a repetição dos mesmos erros, o aumento da frequência e poder de fogo dos ataques e, inclusive, o uso indiscriminado de armas químicas, causando danos aos civis inocentes e aos meios de subsistência da população.

Ademais, entre 1979 e 1989, a União Soviética teve quatro presidentes, que tinham como ponto comum a excessiva preocupação com o prestígio internacional do Comunismo e, por conta disso, cometeram o equívoco de associar a retirada das tropas do Afeganistão a um inaceitável reconhecimento explícito de fracasso, levando os enfrentamentos a um prolongamento exagerado. Portanto, com a progressão da guerra e o envio de armas e suprimentos pelos Estados Unidos, China, Paquistão, Reino Unido, Irã, Arábia Saudita e Alemanha Ocidental aos guerrilheiros Mujahidin, do árabe مجاهدين (*muğāhidīn*), - grupo que era contra as tropas soviéticas -, a URSS contabilizou enormes gastos com o setor bélico e, desse modo, no governo soviético de Mikhail Gorbachev houve a retirada das tropas da URSS definitivamente em 1989 para diminuir os custos. Apesar disso, a ajuda logística soviética para o Afeganistão continuou. Porém, com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1991, o apoio ao país acabou de fato.



Guerreiros Mujahidin em 1985 - Fonte: Erwin Franzen

Posteriormente, os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA ao edifício World Trade Center, executados pela Al-Qaeda, liderada por Osama bin Laden com o apoio do regime talibã, acarretaram a invasão dos Estados Unidos da América no Afeganistão e, assim, se iniciou outro conflito. Nesse período, o lado estadunidense, com o então presidente George W. Bush, iniciou os ataques ao Afeganistão no dia 7 de outubro de 2001, com o apoio da OTAN, que liderou a Força Internacional de Assistência para a Segurança (em inglês, ISAF), com tropas de 43 países, tais como o Canadá, a Bélgica e a Rússia. A estratégia dos EUA tinha como objetivo encontrar Osama bin Laden, seus apoiantes e acabar com o acampamento de formação terrorista instalado no Afeganistão, bem como o regime talibã. Todavia, esse plano era contrário à vontade da Organização das Nações Unidas (ONU).



George W. Bush / Fonte: Eric Draper



Torres do WTC queimando no dia dos ataques / Fonte: Michael Foran

Todavia, no final do mesmo ano, o Conselho de Segurança da ONU autorizou, por unanimidade, uma missão militar no Afeganistão que deveria durar apenas seis meses e proteger os civis dos ataques dos talibãs, o que caracterizou o conflito pela presença de bombardeios e milhares de mortos.

Diante desse quadro, quando assumiu a Casa Branca, em 2009, Obama herdou de Bush a guerra em seu oitavo aniversário, guerra essa que gerou consecutivos problemas para seus indivíduos como alto custo de manutenção, baixas civis e militares, aumento da fabricação e tráfico de drogas na região, dentre outros. O conflito gerou instabilidade para todos os envolvidos. À medida que atentados e tensões aumentaram a instabilidade e as baixas no Afeganistão, os EUA, como principal apoiador militar, enfrentaram baixas de pessoal e gastos com armamentos.

À época das eleições norte-americanas de 2012, nas quais Obama foi reeleito, a questão política era evidente e conturbada, havia amplo descontentamento dos cidadãos estadunidenses com a participação do país numa guerra que consumia US\$ 2 bilhões por semana. Em meio a isso, a promessa de retirada gradual e progressiva das tropas foi um elemento-chave no processo eleitoral daquele ano.

No que se refere à retirada de suas tropas do Afeganistão, era de interesse dos Estados Unidos realizá-la de maneira progressiva e contínua. Tal expectativa foi embargada pela visita do Presidente afegão Ashraf Ghani, sucessor de Karzai, em março de 2015. Ghani solicitou a Obama que mantivesse suas tropas no território afegão para que fosse possível a implementação de seu plano para a reestruturação do país, o que seria impossível sob a pressão do Talibã. A decisão da Casa Branca não foi ao encontro do cronograma de Obama para a retiradas das tropas do Afeganistão, mas estabeleceu que o processo de retirada das tropas em 2016 seria definido posteriormente. Barack Obama havia indicado que deixaria apenas mil soldados no Afeganistão até 2017, quando deixou o cargo. Ele também desejava reduzir pela metade o número de soldados à época do pedido do presidente afegão, que solicitou flexibilidade nos planos estadunidenses e foi atendido.



Fonte: REUTERS/Gary Cameron

Muitos afegãos, porém, não receberam bem a notícia à época. Após 14 anos de conflito, quase 20 mil civis locais haviam sido assassinados como vítimas de uma campanha militar norte-americana para eliminar o Talibã que, contudo, resiste até os dias atuais. A decisão sobre a situação das tropas estadunidenses no Afeganistão no ano de 2015 se deu após meses de intensas deliberações entre Obama, líderes afegãos, autoridades do Pentágono, comandantes em campo e assessores da Casa Branca sobre como continuar da melhor forma a apoiar as forças afegãs. As tropas norte-americanas seguiram treinando e assessorando as forças afegãs, bem como focaram na garantia do combate à Al-Qaeda, com seus membros vistos como ameaças diretas à segurança dos EUA.

Posteriormente, ao assumir a presidência, Donald J. Trump passou a implementar em 2017 uma nova política para o Afeganistão. O horizonte de retirada das tropas previsto por Obama parece mais distante com a intensificação do envio de tropas e o governo clamando para que a OTAN faça o mesmo.



Fonte: Gino Santa Maria / Shutterstock.com

No entanto, a propaganda eleitoral de Trump pregava a retirada integral dos contingentes estadunidenses do solo afegão. Uma das explicações para a mudança está no poder do Pentágono de influenciar o atual presidente. Deixar o Afeganistão na atual conjuntura poderia produzir um 'novo Iraque', onde a retirada das tropas em 2011 proporcionou condições para a ascensão de grupos terroristas como o Daesh, outrora chamado de Estado Islâmico. Trata-se do primeiro presidente a mudar de opinião sobre o conflito desde seu início, há 16 anos.

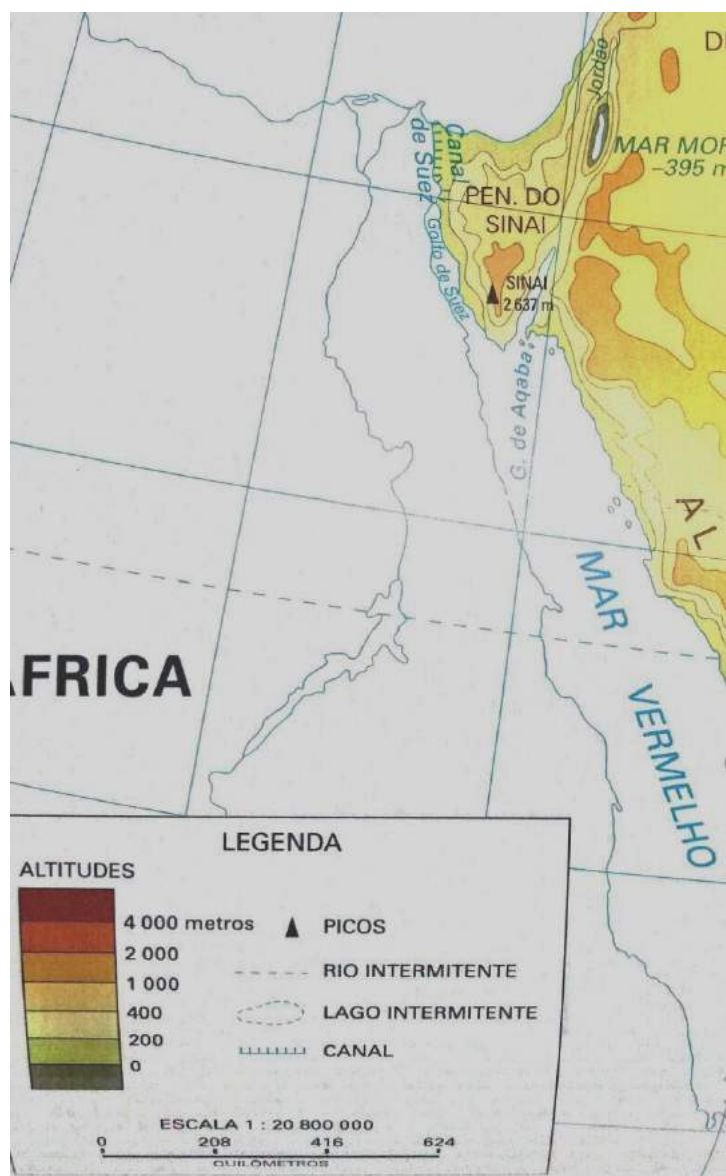
A nova estratégia dos Estados Unidos para o Afeganistão inclui a ampliação da participação da Índia - com assistência econômica - e do Paquistão - em relação ao abrigo no seu território de 'inimigos' dos estadunidenses. O discurso de Trump não mencionou na questão dos papéis da Rússia e do Irã no conflito.

A administração de Trump informou que o Pentágono enviará, no primeiro momento, 4 mil soldados adicionais ao Afeganistão, que se juntarão aos mais de 8 mil que já se encontram no país. A decisão veio do Secretário de Defesa, Jim Mattis, e será o maior desdobramento de militares de Donald Trump, que busca dar autonomia e autoridade a Mattis e resolver as reclamações dos comandantes

militares estadunidenses no Afeganistão de que não há tropas suficientes para apoiar o exército afegão no combate ao Talibã. Esse novo contingente se dedicaria, sobretudo, ao treinamento e assessoria ao exército afegão. Uma pequena parte seria destinada à contra-insurgência, isso é, combater o Daesh e o Talibã.

Na análise desse quadro, depois de todas as movimentações realizadas, percebe-se a permanência da criticidade da conjuntura atual afegã. Mais de 3,8 mil civis, entre eles mulheres, crianças e homens, morreram no Afeganistão em apenas um ano, segundo relatório divulgado pela missão política das Nações Unidas no país (UNAMA) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). A violência brutal e os confrontos mataram 3.804 civis em 2018 – incluindo 927 crianças, outro recorde trágico para o ano – de acordo com dados coletados pelas Nações Unidas. O número representa um aumento de 11% em relação a 2017. Além disso, 7.189 pessoas ficaram feridas em 2018, 5% a mais em relação ao ano anterior. Portanto, é notória a necessidade de se estabelecer estratégias efetivas que busquem melhorar o quadro do país.

3.4 A Questão Palestina



Fonte: Geoatlas - Maria Elena Simielli



Fonte: The New Yorker

Palestina (do original Filistina – “Terra dos Filisteus”) é o nome dado desde a Antiguidade à região do Oriente Próximo (impropriamente chamado de “Oriente Médio”), localizada ao sul do Líbano e a nordeste da Península do Sinai, entre o Mar Mediterrâneo e o vale do Rio Jordão. Trata-se da Canaã bíblica, que os judeus tradicionalistas preferem chamar de Sion.

A Questão Palestina, com seu histórico de conflitos que se iniciam desde o século 20, possui grande relevância até os dias atuais, já que há uma grande quebra de direitos de um povo e, além disso, consequências das rivalidades entre os

israelenses e palestinos, o que faz esse debate participar de forma influente como uma das maiores questões de conflitos da atualidade.

Por volta de 1200 a.C, a região da Palestina, entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo, considerada sagrada para muçulmanos, judeus e cristãos na atualidade, foi ocupada pelos hebreus ou israelitas (mais tarde conhecidos como judeus) após sua saída do Egito, como é relatado no livro de Êxodo, na bíblia cristã.

Todavia, esse povo começou a enfrentar dificuldades devido a ameaças advindas do domínio estrangeiro, o que resultou na dispersão dos judeus para outras localidades. Dentre essas intimações, houve a tomada de Jerusalém em 587 a.c por Nabucodonosor, rei da Babilônia e, além disso, ocorreu uma interferência ainda maior com o domínio romano em 66-70 e 133-135 d.C. na região, por meio da destruição do Templo de Jerusalém pelo general Tito, do qual restou apenas o Muro das Lamentações, e a proibição aos judeus de viverem em Jerusalém pelo imperador Adriano. A partir de então, os israelitas espalharam-se pelo Império Romano; alguns grupos emigraram para a Mesopotâmia e outros pontos do Oriente Médio, fora do poder de Roma.



Muro das Lamentações - Fonte: Isto É

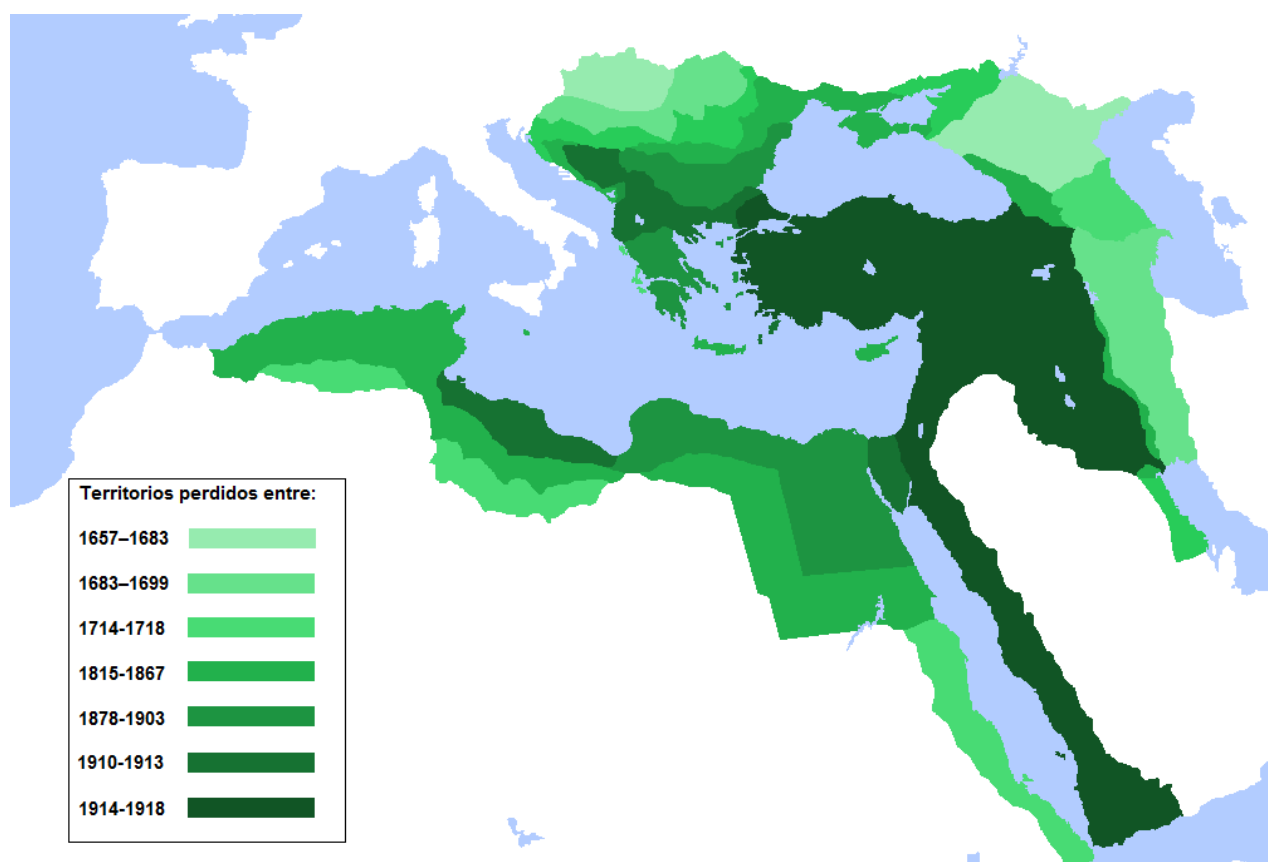
Ao longo do tempo, após a Palestina ter sido habitada por populações helenísticas romanizadas, a região foi conquistada pelos árabes em 638, no contexto

da expansão do islamismo, e passou a fazer parte do mundo árabe, embora houvesse constantes lutas entre governos muçulmanos rivais. Finalmente, de 1517 a 1918, a Palestina foi incorporada ao imenso Império Otomano (ou Império Turco). Deve-se, a propósito, lembrar que os turcos, e embora muçulmanos, não pertencem à etnia árabe.

Nesse contexto, com a fundação do Movimento Sionista em 1896 pelo escritor austríaco de origem judaica Theodor Herzl, as aspirações sionistas, que reivindicavam um Estado para os judeus em decorrência do antissemitismo na Europa, deram início a um forte movimento migratório judaico na região por conta da ligação histórica ao local e do apoio britânico, que gerou resistência entre as comunidades locais. Esse projeto, aprovado em um congresso israelita reunido em Genebra, teve ampla ressonância junto à comunidade judaica internacional e foi apoiado sobretudo pelo governo britânico - apoio oficializado em 1917, em plena Primeira Guerra Mundial, pela Declaração Balfour.



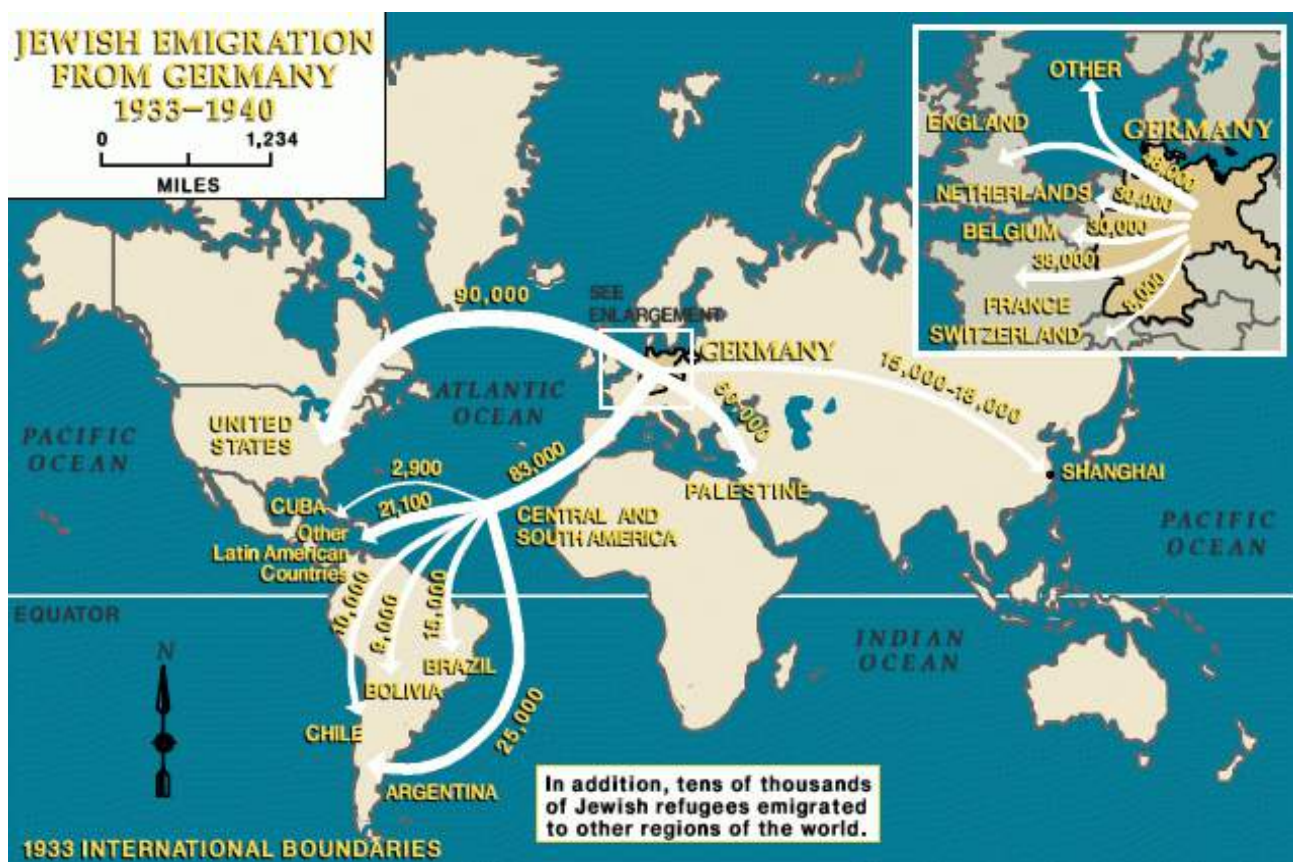
Fonte: Encyclopædia Britannica, Inc.



Fonte: Wikipedia

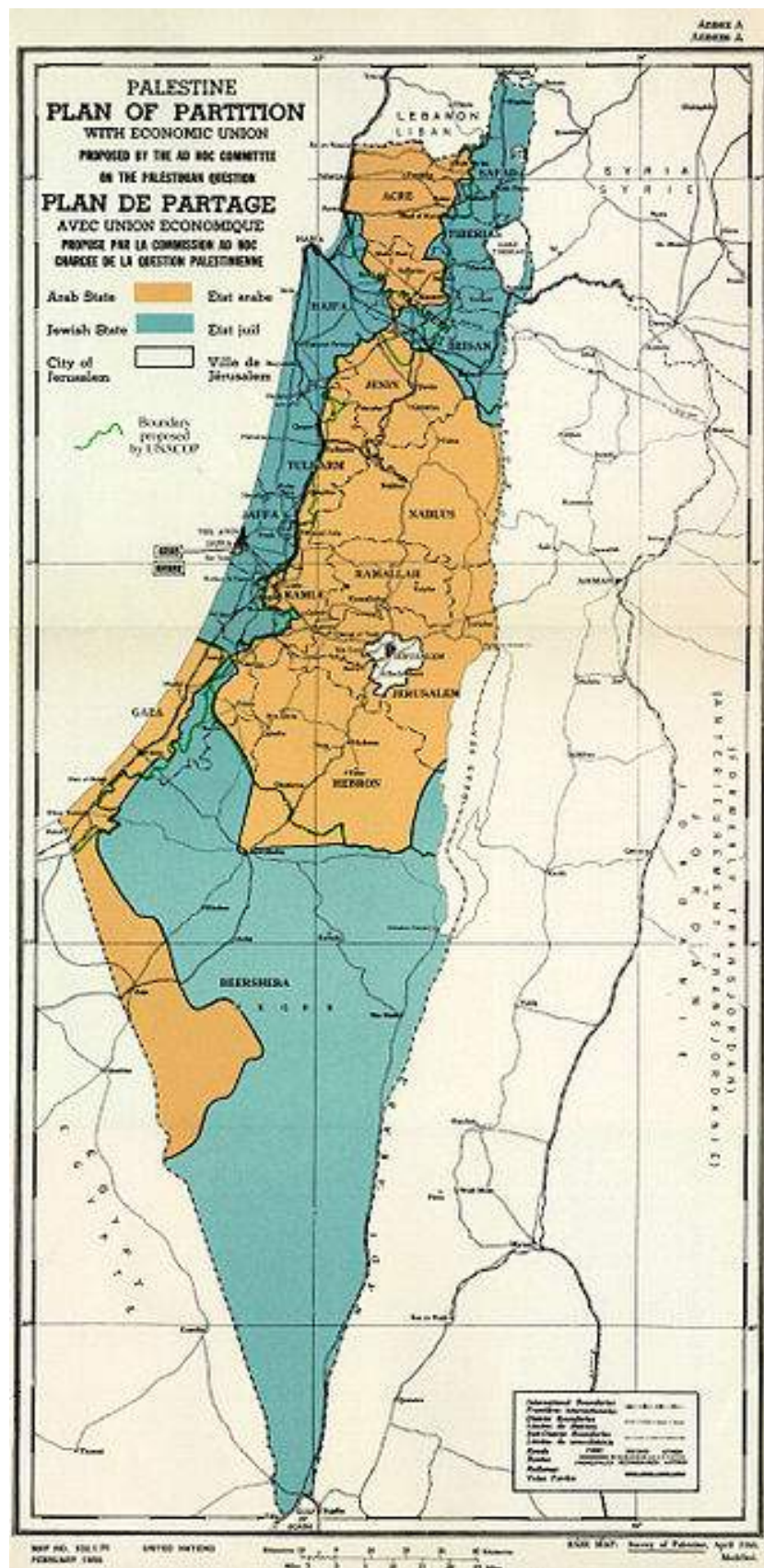
Desse modo, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Turquia lutou ao lado da Alemanha e, derrotada, perdeu as suas possessões no mundo árabe. A Palestina passou então a ser administrada pela Grã-Bretanha, mediante mandato concedido pela Liga das Nações.

Todavia, depois de 1918, o fluxo de imigrantes judeus na região se fortaleceu, o que resultou a hostilidade do povo árabe com eles e, consequentemente, a criação de uma organização paramilitar judaica, a Haganah - a princípio voltada para a autodefesa e mais tarde também para operações de ataque contra os árabes. Diante desse quadro, a Grã-Bretanha tentou frear o movimento migratório para não descontentar os Estados muçulmanos do Oriente Médio, com quem mantinha proveitosas relações econômicas; mas viu-se confrontada pela pressão mundial da coletividade israelita e, dentro da própria Palestina, pela ação de organizações terroristas. Assim, o poder britânico realizou a contenção de revoltas árabes, como em 1920, 1921, 1929, 1933 e 1935-1939.



Fonte: US Holocaust Memorial Museum

Posteriormente, com a ascensão do Nazismo durante Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a imigração judaica aumentou consideravelmente e, com isso, ampliou-se a pressão pelo estabelecimento de um Estado judeu, o que fez com que a Grã-Bretanha perdesse o controle da situação. Dessa maneira, em 1947, a Assembleia Geral da ONU decidiu dividir a Palestina em dois Estados independentes, um judeu (Israel) - com 51% do território - e outro palestino (Palestina) - com 49% do território -, além de estabelecer Jerusalém como cidade internacional. Essa divisão vai ao encontro dos interesses americanos, pois, além da partilha evitar a imigração dos judeus para o território estadunidense, o local verificava-se como estratégico, por conta do petróleo e da localização ao sul da URSS. Nesse processo, é importante salientar que dentre a população presente na região 30% constituía-se de judeus e 70% de palestinos.



Partilha ONU: Israel em azul e Palestina em amarelo. / Fonte: Wikipedia

Entretanto, após a fundação de Israel em 14 de maio de 1948, no dia seguinte, Egito, Jordânia, Síria, Iraque e Líbano invadem o território, caracterizando o conflito conhecido pelos judeus como a guerra de independência ou de libertação. Depois da guerra, Israel vence e passa a ficar com 75% do território. Como resultado, cerca de 750 mil palestinos deixam suas casas e fogem para países vizinhos ou são expulsos por tropas israelenses. Atualmente, esses refugiados somam cerca de 3 milhões.



Fonte: Curso Objetivo

Palestinian refugees

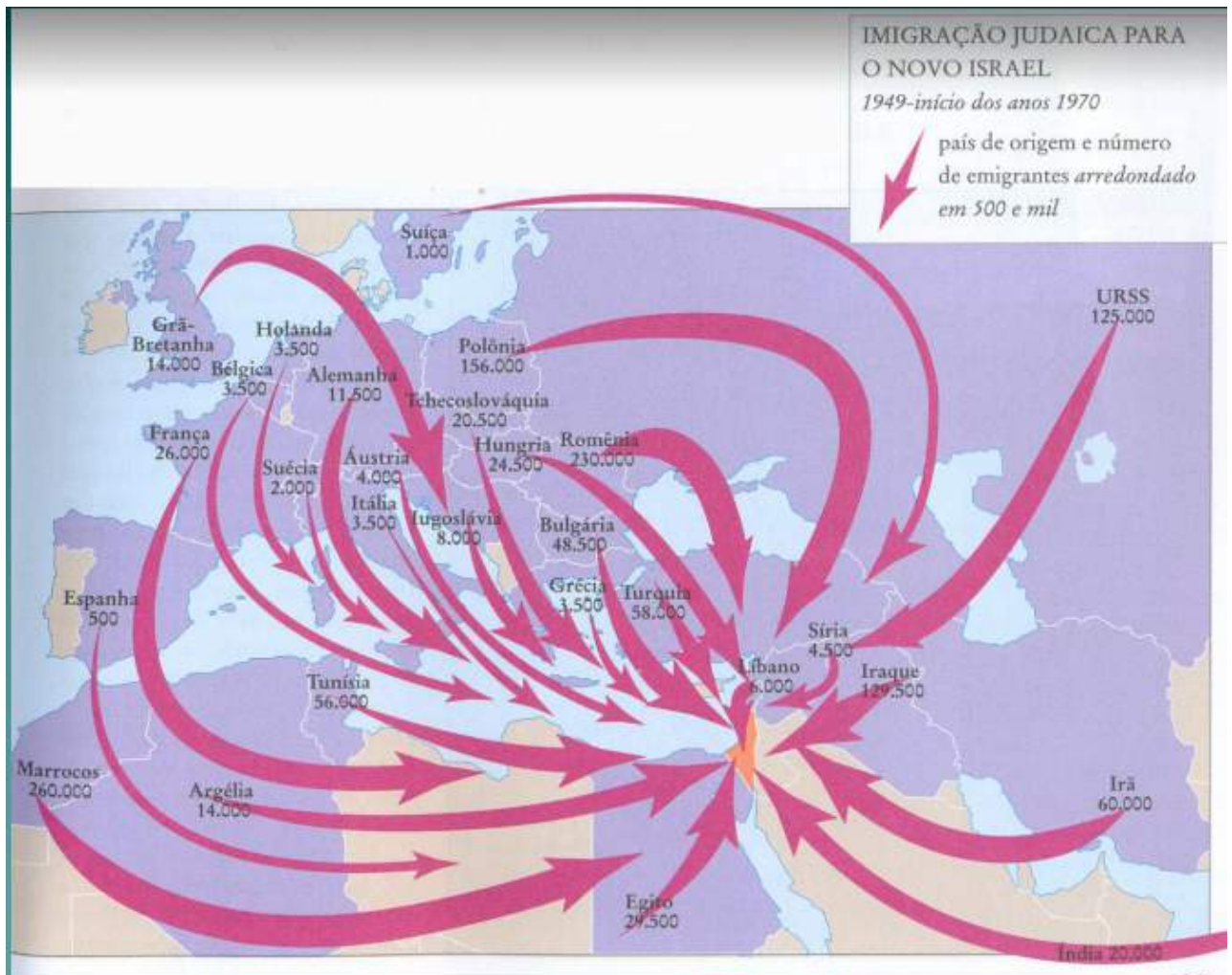
In September 1949
x 1,000

Total 726,000



Source:
UN Economic Survey
Mission for
the Middle East (1950)

Fonte: fanack.com



Fonte: Aula (Professora Izolina)

Em 1964, a resistência palestina cria a OLP (Organização para a Libertação da Palestina) cuja pretensão inicial era destruir Israel e criar um Estado Árabe Palestino. As ações iniciais da OLP foram terroristas, através da figura de Yasser Arafat.

Em 1967, ocorreu a Guerra dos Seis Dias, caracterizada por um conflito no qual Egito, Síria e Jordânia lutaram contra Israel. O resultado da disputa se definiu com a vitória esmagadora de Israel sobre uma coalizão árabe. Após o conflito, Israel ocupou a Faixa de Gaza, a Cisjordânia (incluindo Jerusalém Oriental) da Jordânia, a Península do Sinai no Egito e as Colinas de Golã na Síria, o que fez meio milhão de palestinos fugirem.



Fonte: Curso Objetivo



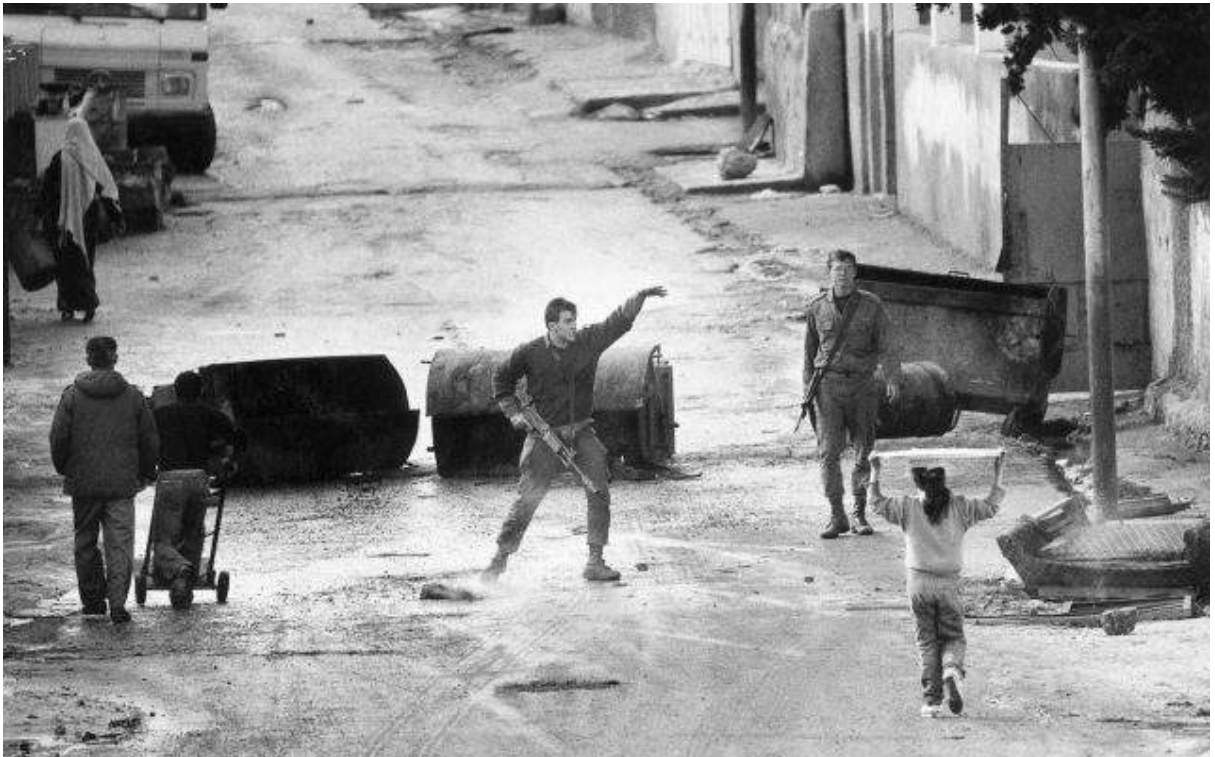
Militares israelenses ao lado de uma aeronave árabe destruída. / Fonte: Wikipedia

Israel e seus vizinhos voltaram a se enfrentar em 1973 no terceiro conflito Árabe-israelense. A Guerra do Yom Kippur colocou novamente Egito e Síria contra Israel, na tentativa dos árabes recuperar os territórios ocupados em 1967. Todavia, Israel venceu novamente, com apoio militar dos EUA, o que fez com que o apoio ocidental a Israel ficasse evidente. Após a vitória israelense, a Opep eleva o preço do petróleo e desencadeia uma crise mundial originando a 1ª crise do Petróleo. Os países árabes aliados da Síria e Egito suspendem, então, as exportações de petróleo para EUA e aliados. Em 1974, a ONU admitiu a OLP e reconheceu o direito do povo palestino à autodeterminação e à independência.

Em 1979, ocorre o acordo de Camp David, mediado pelo presidente Jimmy Carter, no qual Egito reconhece a representatividade do estado judeu e Israel devolve a Península do Sinai para o território egípcio. Em 1981, militares egípcios contrários à paz com Israel assassinam o presidente Anwar Sadat.

Em 1987, começa em Gaza - e se estende a Cisjordânia - a Primeira Intifada: uma revolta popular palestina contra Israel, que consistia em manifestações diárias caracterizadas pelo arremessamento de pedras nos soldados israelenses. Nessa

revolta, Israel reprimiu fortemente a população do lado da Palestina e ignorou sistematicamente, em conjunto com os EUA, resoluções da ONU a favor dos árabes, o que fez a organização condenar a ação israelense.



Fonte: Conexão Israel

Posteriormente, em 1993, foi realizado, com a mediação do presidente norte-americano Bill Clinton, o Acordo de Oslo entre Yasser Arafat, líder da OLP, e Yitzhak Rabin, primeiro-ministro de Israel. Esse feito, ocorrido em Washington, definiu a criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP) - com autonomia administrativa e policial em alguns pontos da Palestina -, a progressiva retirada das tropas israelenses de Gaza e da Cisjordânia. Além disso, a OLP renunciou ao terrorismo e reconheceu o direito de Israel de existir, porém judeus ultranacionalistas e grupos extremistas palestinos (Hamas e Jihad islâmica) se opuseram ao acordo. A situação de Jerusalém e dos refugiados foi deixada para futuras negociações. Ademais, foram criados, também, três territórios na Palestina - uma região A, sob controle civil e militar da ANP; uma B, a maior em termos de população, sob controle

civil palestino e militar de Israel; e uma C, sob controle total de Israel -, conforme o mapa abaixo:



Fonte: Conexão Israel

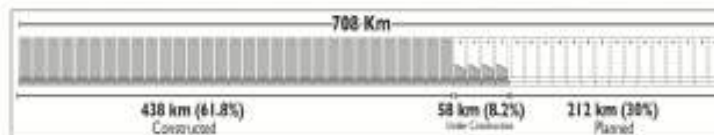
Cinco semanas depois da assinatura dos últimos acordos, Rabin é assassinado por um extremista de direita israelense. Arafat, também, passa a ter dificuldades políticas para manter sua liderança entre palestinos.

Binyamin Netanyahu, do partido Likud, é eleito primeiro-ministro em 1996 e começa realizar um movimento que agravou o quadro: paralisa a retirada de tropas em territórios palestinos e intensifica assentamentos judeus em Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental, acentuando atentados terroristas palestinos.

Em 2000, enfraquecido politicamente devido à falta de progresso no caminho da paz e também devido às ações terroristas palestinas (não obstante as represálias israelenses), Barak - que havia retomado negociações com Arafat sem sucesso - renuncia ao cargo de primeiro-ministro de Israel. São convocadas novas eleições, nas quais ele se reapresenta como candidato. Mas o vencedor é o general da reserva Ariel Sharon, do Partido direitista de Israel Likud, implacável inimigo dos palestinos. Pouco antes das eleições, começa nos territórios ocupados uma nova Intifada. Assim, agrava-se o ciclo de violência: manifestações contra a ocupação israelense, atentados suicidas palestinos e graves retaliações israelenses.

É apresentado o projeto "Mapa de Caminho" em 2003, proposta pelo EUA, EU, Rússia e ONU, que contempla a criação de um Estado palestino em 2005, após a retirada israelense de Gaza. Todavia, no mesmo ano, Sharon defendeu a construção de um "muro de proteção" na Cisjordânia: "Esse projeto é de uma importância crucial e tem o objetivo de impedir que entrem ilegalmente em Israel pessoas que se dedicam a atividades criminosas", declarou o premiê a uma delegação de deputados europeus. Para os palestinos, o "muro de proteção" era uma tentativa israelense de traçar os limites de um futuro Estado palestino. Em 2005, ocorre a retirada de todos os judeus da Faixa de Gaza e, em 2006, verifica-se a vitória Eleitoral do Hamas sobre o Fatah com início de Guerra Civil pelo poder dessa região.

The Barrier Route in the West Bank July 2011



West Bank Barrier

- Constructed
- Under Construction
- Projected

■ Israeli Settlements Behind the Barrier

■ Area Behind the Barrier

Agricultural gates

Frequency of opening

- ✱ Daily *
- ✳ Seasonal **
- ✴ Seasonal Weekly ***

* Generally open 15-60 minutes; 3 times/day.

** Open daily during olive harvest only

*** Open 3 times/day; 1-3 days/week; during olive harvest

Fonte: Wikipedia



Fonte: Wikipedia

Apesar do reconhecimento, em 2012, da Palestina como um “Estado observador não membro” pela ONU, permitindo a participação dos palestinos nos debates da Assembleia Geral e melhorando as chances de filiação a agências da ONU e outros organismos, esse quadro ainda representa uma grande incógnita nas novas relações da conjuntura mundial.

Nesse contexto, em relação à trajetória até a atualidade da questão Palestina, percebe-se o foco das discussões que se define nestes principais pontos:

- **Jerusalém:** Israel reivindica soberania sobre a cidade inteira e afirma que a cidade é sua capital "eterna e indivisível", após ocupar Jerusalém Oriental em 1967. A reivindicação não é reconhecida internacionalmente. Os palestinos querem Jerusalém Oriental como sua capital;
- **Fronteiras:** os palestinos exigem que seu futuro Estado seja delimitado pelas fronteiras anteriores a 4 de junho de 1967, antes do início da Guerra dos Seis Dias, o que incluiria Jerusalém Oriental, algo rejeitado por Israel;

- **Assentamentos:** ilegais sob a lei internacional, foram construídos pelo governo israelense nos territórios ocupados após a guerra de 1967. Na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, há mais de meio milhão de colonos judeus;
- **Refugiados palestinos:** os palestinos dizem que os refugiados (10,6 milhões, de acordo com a OLP, dos quais cerca de metade são registrados na ONU) têm o direito de voltar ao que é hoje Israel. Mas, para o governo israelense, permitir seu retorno destruiria sua identidade como um Estado judeu;
- **A disputa pelos recursos hídricos do Rio Jordão:** parte de seu curso (na fronteira entre a Jordânia e a Cisjordânia) ficaria fora do controle de Israel;
- **A oposição das facções extremistas** - palestinas e israelenses - e seus atentados;
- **Interferência de outras nações** na Questão Palestina.



Fonte: <https://aijac.org.au>

3.5 Grupos extremistas

Estado Islâmico

O Estado Islâmico (EI), também conhecido como Daesh ou ISIS, é um grupo radical sunita (um dos ramos do islamismo) criado a partir do braço iraquiano da Al-Qaeda, a conhecida rede responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

Com maior capacidade de recrutamento, mais estrutura e com um território conquistado entre o Iraque e a Síria, o EI tem atraído milhares de jovens do mundo todo - segundo o Centro de Estudos do Radicalismo, mais de 20 mil estrangeiros de 50 países se juntaram a grupos sunitas radicais em 2014 - entre eles, principalmente, o Estado Islâmico.

O EI segue uma leitura radical das escrituras islâmicas e tem uma visão sectária (intolerante) anti xiita. A sharia, lei islâmica, é seguida de forma rígida e práticas como a decapitação de inimigos e a pena de morte a homossexuais são amplamente usadas.

O grupo possui regência do autoproclamado califa Abu Bakr al-Bagdadi, dois vices e alguns conselheiros, que auxiliam com questões de diferenças religiosas, execuções e assuntos políticos. E, acerca das regiões em que atuam, incluem-se áreas do Iraque, da Síria e de conquistas mais recentes, dentre as quais estão a cidade de Ramadi, capital da província iraquiana de Al-Anbar, e a cidade histórica síria de Palmira.

O Estado Islâmico se originou em meio a práticas terroristas da rede Al-Qaeda, da qual agora é rival, disputando por militantes e poder na Síria. Porém, após a separação, o EI desenvolveu seu próprio modo de agir. Entre as diferenças que causaram a separação dos dois grupos estão a apropriação de territórios, a formação de um califado e o pagamento aos combatentes, com sua fonte de renda advinda do petróleo. Ademais, o uso da internet ocidental é um elemento significativo para a propagação de suas práticas de acordo com o público-alvo.



Fonte: Wikipedia

Al-Qaeda



Fonte: Wikipedia

Famoso pelo atentado do 11 de setembro nas Torres Gêmeas, a Al-Qaeda, desde a sua criação, tem como principal objetivo o combate à influência ocidental nos países muçulmanos, inclusive nas nações cujos governos islâmicos são considerados pelo grupo como “liberais demais”. Além disso, objetivam a implementação da Xaria, o código moral islâmico interpretado de forma extrema pelo grupo. Seu surgimento se deu na Guerra do Afeganistão, recebendo ajuda dos EUA contra tropas da URSS no território. Porém, a campanha contra o país americano de Bin Laden, fundador do grupo, se iniciou com a Guerra no Golfo, quando os Estados Unidos estabeleceram bases militares na Península Arábica (para um possível ataque às tropas iraquianas no Kuwait) considerada o berço do profeta Maomé e sede dos principais santuários do Islã.

A Al-Qaeda forma alianças com o Talibã, sendo ambos os grupos fundamentalistas do islã sunita (o grupo mais ortodoxo e tradicionalista dentro do islamismo) e com isso, fortaleceu-se a atuação do Talibã no país. Ademais, o grupo exerce ou já exerceu influência em outros grupos terroristas, como o Estado Islâmico, o Boko Haram e o Al-Shabaab.

Talibã



Fonte: Wikipedia

O Talibã é um grupo que atua no Afeganistão e no Paquistão desde os anos 1990 e que tem seu surgimento com origem no contexto da guerra civil instalada no Afeganistão após a saída das tropas soviéticas, sendo criado ao sul do país em tribos que ocupavam a fronteira do país com o Paquistão sob a liderança do Mullah Mohammad Omar.

Quando surgiu, o Talibã tinha como objetivo restaurar a paz e a segurança em um Afeganistão marcado pela guerra civil. Porém, o grupo também pretendia impor sua versão da Xaria, a lei islâmica. Com o tempo, suas motivações os levaram a cometer ações bastante rígidas e questionáveis, como execuções públicas, proibição de toda a influência ocidental, proibição do cinema, da música e da televisão, obrigatoriedade do uso da burca pelas mulheres e proibição de escolas para as meninas. Hoje em dia, as ações do Talibã são pautadas na recuperação do território e em expulsar os Estados Unidos e a OTAN do país, desde a ocupação em 2001.

Hamas

Considerado o maior grupo islâmico na Palestina, o Hamas (cuja sigla significa, em português, Movimento de Resistência Islâmica) é um grupo sunita fundado em 1987 e que luta contra a existência do Estado de Israel, criado após a Segunda Guerra Mundial para abrigar os judeus perseguidos nesse período. O grupo nasceu como organização social nas cidades e campos de refugiados cercados pelas tropas de Israel. Nessas áreas, o grupo organizava clínicas e escolas para palestinos insatisfeitos com a ineficiência da Autoridade Nacional Palestina, controlada pelo Fatah. Em sua carta de fundação, estabeleceu como objetivos a luta armada contra Israel e a realização de programas de bem-estar social. Além de não reconhecer a existência do Estado de Israel, o Hamas defende a criação de um único Estado palestino.

A atuação do grupo na Palestina engloba o braço militar - com as brigadas Al-Qassam -, o partido político - desde 2006 quando venceu as eleições parlamentares palestinas -, e a filantropia - que fornece assistência a famílias em regiões de Gaza e da Cisjordânia.

Em 12 de outubro de 2017, o Hamas e o Fatah assinaram um acordo de paz, depois de uma década de conflitos, sendo um de seus detalhes a transferência dos postos de fronteira em Gaza ao novo governo de união nacional palestino. Até o início de dezembro, o controle administrativo de Gaza também será entregue ao governo de união nacional. Contudo, muitos pontos continuam em aberto (como a existência das brigadas militares do Hamas) o que deixa em dúvida se os conflitos entre os dois grupos realmente chegaram ao seu fim. Ademais, após divulgação do histórico acordo, autoridades de Israel divulgaram uma nota afirmando que se opõe a qualquer reconciliação que não inclua o desarmamento do braço militar do Hamas e reconhecimento de Israel pelo grupo.



Fonte: Wikipedia

Hezbollah

O Hezbollah é um grupo islâmico xiita nascido durante a Guerra Civil Libanesa, em 1982. O conflito foi resultado das tensões entre diversos grupos que habitavam o país, sobretudo entre cristãos e muçulmanos. Os grupos cristãos possuíam a maior parte do poder no Líbano e eram contrários à presença de palestinos no país, apoiando a causa de Israel. Por outro lado, os muçulmanos apoiavam a causa palestina e buscavam ter mais poder no território libanês. Assim, o grupo se tornou uma organização com apoio de 41% da população libanesa, dividindo-se em trabalhos sociais, atuação política e braço armado.

Logo que surgiu, o objetivo do grupo era a expulsão das tropas israelenses – presentes no país em função da guerra civil – e de seus apoiadores (como Estados Unidos e França) do território libanês, o que foi alcançado em maio de 2000, quando as últimas tropas inimigas deixaram o país. Todavia, permanece até hoje a hostilidade entre Hezbollah e Israel como a principal plataforma do grupo.

Assim, a principal motivação para as tensões é que os membros do Hezbollah enxergam o Estado de Israel como agressivo desde sua criação, construído em terras tomadas do povo muçulmano. Contudo, em 1985, o Hezbollah divulgou seu Manifesto, que expunha outros dois grandes objetivos: eliminar do Líbano qualquer organização com tendências colonialistas e criar um Estado Muçulmano, embora este último já não seja mais citado pelos seus adeptos, que são favoráveis a uma abordagem com diferentes frentes.



Fonte: AFP / Mahmoud Zayyat

4. Evolução tecnológica de grupos radicais

Os grupos radicais, com sua repercussão midiática, são ajuntamentos bem conhecidos e temidos ao redor do mundo. Sua intransigência definida na busca por uma solução radical ou revolucionária aos problemas sociais está associada frequentemente ao dogmatismo, ao fanatismo e às tentativas de imposição de estilos e modos de vida, bem como à negação radical de valores vigentes. Essa posição extrema, unida ao unilateralismo, resulta em total fechamento ao diálogo e à negociação, produzindo os cenários de atentados, que, em 2017, ocorreram em países como Alemanha, França, Inglaterra, Rússia e Suécia. Dentro desse contexto, nos últimos anos, as células terroristas estão atuando cada vez mais com a “utilização de instrumentos violentos, que causam medo e terror para a divulgação ou a afirmação de certas ideias políticas e religiosas”, explicou à agência Ansa Flávio de Leão Bastos Pereira, professor de Direitos Humanos da Universidade Mackenzie. Alguns exemplos de grupos radicais são: Al-Qaeda; Estado Islâmico, Isis ou Daesh; Taliban; Boko Haram; Hamas; Al Shabab; entre outros.



Fonte: AP Photo/Adel Hana, File

Assim, com o avanço e aprimoramento das tecnologias, houve uma ampliação da área de influência dos grupos radicais e do alcance de suas ações com o ciberterrorismo e a utilização da indústria bélica.

4.1 Internet

Com a facilidade de uso do mundo cibernético, a internet se mostra como uma importante fonte de propagação de ataques terroristas na realização de danos a sistemas ou equipamentos de comunicação por meio do vírus de computador, a fim de dificultar a conexão de informação em uma certa região. Além disso, o mundo virtual possibilita o recrutamento de novos membros integrantes dos grupos extremistas.

Desse modo, a Internet torna-se uma poderosa arma digital na mão dos ciberterroristas. Assim como vários países espalhados pelo mundo, os Estados Unidos atentam para o perigo dos ataques virtuais. Como os ciberterroristas conseguem acessar qualquer informação dos sistemas do governo, o terrorismo pela Internet é considerado uma ameaça para a integridade do Estado. Steven

Chabinsky, o diretor do FBI responsável pela investigação dos cibercrimes, considera que o ciberterrorismo afeta a própria existência do país.

O espanhol Manuel Ricardo Torres Soriano, professor da área de Ciência Política e do departamento de Direito Público da Universidade Pablo de Olavide de Sevilla, é um dos 15 assessores internacionais do Conselho Assessor sobre Terrorismo e Propaganda do Centro Europeu de Luta contra o Terrorismo pertencente a Europol. Esse fórum é especializado em melhorar a resposta da União Europeia frente ao terrorismo que utiliza tecnologias, ferramentas e metodologias da era digital. Desse modo, segundo o docente, o ciberterrorismo é uma ameaça real que está presente e que estará viva por bastante tempo. Ademais, ele afirma que o terrorismo tecnológico utiliza a arma do medo, ou seja, com a propaganda dos assassinatos via virtual, há uma persuasão efetivada em um público que começa a temer uma ameaça terrorista que, na verdade, não possui proporções grandes o suficiente para estender a violência a todos que ameaçam de uma vez: assusta-se a muitos matando poucos.

Como experto em jihadistas, o espanhol esclarece que a utilização dessa tecnologia por eles efetiva a disseminação da propaganda e da informação, o que permite que consigam potencializar a capacidade de transmitir uma mensagem como nunca antes e, assim, os resultados continuam sendo letais com a procura habilidosa de territórios de impunidade.

É possível observar ainda que a utilização da criptografia e anonimização são armas que os ciberterroristas estão usando bastante, já que há uma dificuldade grande de identificar as redes, permitindo o avanço do uso da internet sem deixar rastros. Já em relação à rede profunda, o seu uso se dá para a comunicação interna, para compartilhar ordens e informação segura. A internet aberta é utilizada, então, para a propaganda, a fim de que haja audiência.

Ainda segundo o professor, as capacidades de danos físicos por meio da Internet é algo mais teórico do que real, já que essas possibilidades estão reservadas ao âmbito dos Estados e das grandes estruturas. Porém, isso pode ocorrer se o avanço tecnológico fazer acessível ferramentas que estão reservadas nos Estados, pois é preciso organização e recursos materiais para que os danos

físicos ocorram. Portanto, tombar uma página, por exemplo, é algo mais como uma sabotagem e ameaça.

Diante dessa realidade, os Estados possuem menos agilidade para responder a esses problemas do que o grupo terrorista, pois o segundo é uma estrutura pequena com menos limitações e baseada na eficácia, o que os faz desfrutar da oportunidade de lentidão da instituição e retirar o máximo de rendimento.



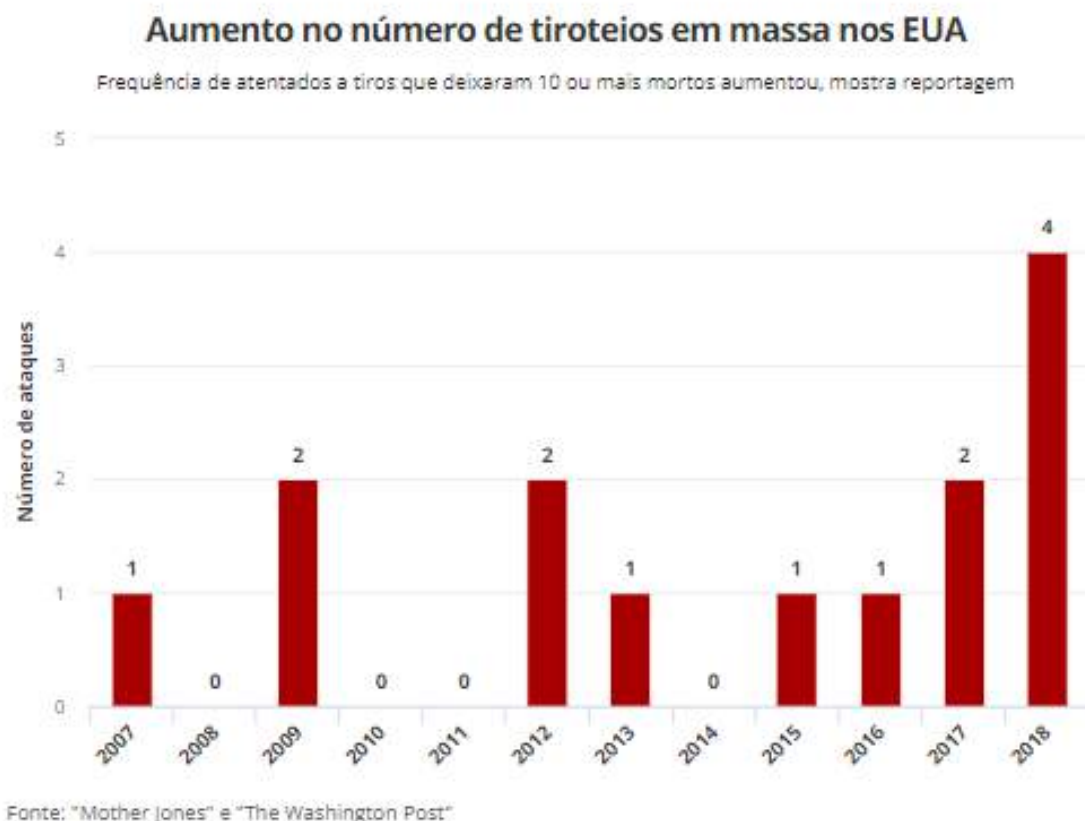
Fonte: El País / Manuel Ricardo Torres Soriano

4.2 Tecnologia Bélica

Além da internet, há o acesso de vários grupos terroristas a armas que os permitem otimizar seus planos de ataques. Essas tecnologias, advindas principalmente do mercado ilegal e de regiões onde o acesso é facilitado, promove, assim, um maior alcance no que tange aos objetivos dos grupos radicais.

A exemplo disso, acerca das armas de fogo, os EUA mostram em muitas pesquisas a controvérsia existente no país entre a necessidade de se obter o porte do artifício e as tragédias que ocorrem ano após ano em decorrência dessa permissão. Uma reportagem do jornalista Philip Bump, do "The Washington Post", indica que o intervalo entre os tiroteios que deixaram mais de 10 mortos nos EUA

tem sido cada vez menor. A apuração usa dados da revista norte-americana "Mother Jones", que mapeia os atentados a tiro um a um nos Estados Unidos; em menos de dois meses de 2018, a violência armada matou mais de 1.800 pessoas – 40 óbitos por dia, segundo dados apresentados pela Gun Violence Archive. Em 2017, o país registrou o maior número de atentados da história: 10 ataques, 112 mortes (58 em Las Vegas) e 531 feridos. Dessa forma, percebe-se o aumento da violência em decorrência do acesso às armas de fogo, tornando os planos de ataques terroristas fáceis de serem executados com essa ferramenta.



Todavia, a Europa acredita ter controlado o acesso dos cidadãos às armas porque, diferentemente dos EUA, restringe muito mais a aquisição. Mas a magnitude do tráfico ilegal e as brechas legais que permitem comprar peças desativadas, facilmente reutilizáveis, inquietam as autoridades. E a Bélgica, origem da maior parte do arsenal dos atentados cometidos em Paris em janeiro de 2015 (contra a revista Charlie Hebdo e um supermercado) concentra grande parte desse tráfico. Até um

milhão de armas circulavam ilegalmente pelo país já há 10 anos, segundo estimativa do instituto de pesquisa Flemish Peace Institute, baseada em cálculos oficiais. Entre 2009 e junho de 2015, a polícia belga registrou 1.225 casos de tráfico ilegal, um volume enorme para um país de 11 milhões de habitantes.

As instituições da Comunidade Europeia carecem de uma estimativa sobre o mercado clandestino de armamentos. No calor dos atentados de Paris de novembro passado, Bruxelas impetrou medidas contra o tráfico de armas e o uso de explosivos. Quase todas as normas se resumem a uma: compartilhar mais informação entre os países membros da União Europeia. Assim como ocorre com os suspeitos de terrorismo, em um espaço de livre circulação é fundamental que as forças de segurança de um país informem seus parceiros das armas que possam estar circulando fora de controle.

Essa informação deve ser comunicada ao sistema de informação de Schengen, uma base de dados de uso policial. Mas se as notificações são deficientes no caso de pessoas, a situação fica mais precária no que se refere às armas, segundo fontes da Comunidade. Mesmo assim, esse registro oferece um dado ilustrativo da magnitude do problema. As autoridades têm ciência de que há quase meio milhão de armas de fogo perdidas ou roubadas desde a metade dos anos noventa. Parte delas está nas mãos de criminosos. Bruxelas pressiona agora para que os países transformem sua indignação quanto ao que ocorreu na capital belga em um maior ativismo na hora de compartilhar dados.

Mas o mercado ilícito é apenas um dos problemas enfrentados pelos países da comunidade. Porque as brechas legais que existem em diferentes países e a insuficiência das normas que regulam a aquisição de armas criam espaços dos quais o terrorismo também se nutre.

5. Ressurgimento de Neonazistas

Na abertura desse tema, é importante a compreensão do que se construiu ideologicamente com o acontecimento de ascensão do nazismo e, assim, entender como o neonazismo atua nos dias de hoje.

5.1 O Nazismo

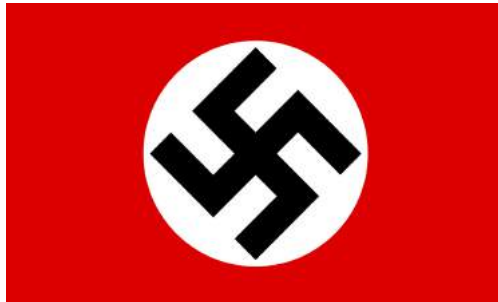
Em seu significado, a ideologia nazista, a qual foi liderada por Adolf Hitler aos moldes do fascismo desenvolvido na Itália, se define como uma política ditatorial que vigorou na Alemanha entre 1933 e 1945, período este conhecido como *Terceiro Reich*.

A Primeira Guerra Mundial foi muito prejudicial a todo o continente europeu, causando mais de 10 milhões de mortes e 30 milhões de feridos, territórios devastados e um rombo na economia. Ao seu fim, os derrotados assinaram o Tratado de Versalhes, que os responsabilizou o Império alemão e a Austro-Hungria pelo conflito. No tratado, a Alemanha foi obrigada a abrir mão de 13% do seu território, 75% das suas reservas de ferro e 26% das de carvão. O país teve seu exército reduzido, sua indústria de armas foi controlada – assim como a produção de tanques e aviões – , perdeu todas as suas colônias e pagou uma indenização pelos prejuízos da guerra aos países vencedores.

Apesar disso, houve melhora econômica por conta de um acordo entre a Alemanha e os Estados Unidos com a instituição do Plano Dawes, que dava incentivos econômicos para a reconstrução e reestruturação alemã. Mas, por conta da crise da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, não foi mais possível obter ajuda externa. Na Alemanha, a inflação e o desemprego cresciam e a política era vista com descrédito por parte da população. A partir desse ponto, a ideologia nazista começou a exercer um papel de “salvação” para o país.

Assim, no início da década de 1920, Adolf Hitler assume a liderança do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães e dá outro nome a ele: Partido Nacional Socialista, ou Partido Nazista. Os principais objetivos do partido eram o de união dos alemães, a expulsão de estrangeiros e tornar a Alemanha um país poderoso e com muitos territórios. Hitler e seus aliados tentaram fazer um golpe de Estado em 1923 e, por ser o líder do movimento, Hitler foi preso. Em sua biografia, denominada *Mein Kampf* (Minha Luta, em alemão) e escrita durante seu tempo na cadeia, Hitler delineou o antissemitismo e o anticomunismo.

Na República de Weimar, instituída em 1919, o partido recebeu 38% dos votos na eleição para o Parlamento em 1932. A partir de então, Hitler tomou o poder por meio de um golpe de Estado e declarou-se líder.



Fonte: Wikipedia



Fonte: Holocaust Memorial Museum / g1.globo

A partir dessa desilusão no país e a criação de uma identidade nacional - suástica da bandeira nazista, o desenrolar do período seguinte se projetou com a consolidação dos pressupostos pregados por Hitler e, além disso, com o passar do tempo, a população antes convencida pelo argumento de salvação da pátria pelo nazismo passou a ter um terror generalizado pela polícia. Assim, dentre suas características, o regime proporcionou:

- **A propaganda:** A utilização dos meios de circulação da informação e de fontes artísticas eram de forma censurada, visando-se a disseminação de um impulsionar da imagem alemã;
- **A militarização:** Difundiu-se dois meios policiais para efetivar o uso do poder militar na Alemanha - a SS e a Gestapo, uma polícia secreta do regime a qual

decidia as punições - incluindo tortura - a serem feitas aos opositores do governo sem o intermédio de um tribunal.

- **A unidade nacional:** Com a valorização do nacionalismo e do totalitarismo, havia o intuito de construir uma hierarquia racial em uma doutrina a qual visava defender uma sociedade homogênea, excluindo culturas, pensamentos e ideais diferentes da cultura germânica. Assim, também era pregado o anticapitalismo e antimarxismo, já que ambos poderiam afetar a união do povo.
- **A Teoria do Espaço Vital:** Após às pesadas indenizações recebidas pela Alemanha pós Primeira Guerra Mundial no Tratado de Versalhes, instituiu-se um pensamento de que é direito da raça ariana expandir ao máximo seu território de forma unitária.
- **O Antissemitismo:** A Lei de Nuremberg (1935) foi criada com o intuito de separar a raça ariana dos judeus, de forma a proporcionar uma segregação racial que resultou na perseguição, tortura e expulsão não só de judeus, mas também de homossexuais, ciganos, poloneses, Testemunhas de Jeová, prisioneiros de guerra soviéticos, comunistas, deficientes e negros. Desse modo, com a disseminação do ódio aos judeus, este período denominado Holocausto constituiu a presença dos campos de concentração que possuíam as câmaras de gás, responsáveis pelo genocídio de dois a cada três judeus em 1945, além do assassinato de 1,5 milhão de crianças com idade inferior a 12 anos, sendo mais de 1,2 milhões de crianças judias, dezenas de milhares de crianças ciganas e milhares de crianças deficientes.



Fonte: Heinrich Knirr / BBC

5.2 O Neonazismo

Após as consequências do período de expansão da ideologia nazista, houve, por parte das pessoas e do governo alemão, um sentimento de vergonha do Holocausto e da disseminação do nazismo. Desse modo, em 1991, a agência educacional de monitoramento do governo implementou um projeto com o intuito de construir uma conscientização sólida e ostensiva dos efeitos negativos que o governo de Hitler causou para milhões de pessoas, a fim de que o passado não se repetisse. Porém, segundo a explicação do professor de ética comparada da Universidade Livre de Berlim, Markus Tiedemann, enquanto a parte esmagadora da população alemã acredita no compromisso definido pela rejeição do fascismo e racismo e o desejo de paz, tolerância e solidariedade internacional, outra segunda parte da população defende que não há a necessidade de relembrar esses valores o tempo todo, tendendo a ignorar os perigos ou a encarar a miséria humana com horror e impotência. Assim, nem todas as pessoas estão ativas socialmente para disseminar valores contra o nazismo e, além disso, diversas pessoas que seguiam o pensamento nazista continuaram no país, como trabalhadores comuns, artesãos,

vendedores, médicos, advogados e pessoas do governo. Uma das formas de manutenção e sobrevivência da ideologia nazista foi, então, a criação dos grupos neonazistas.

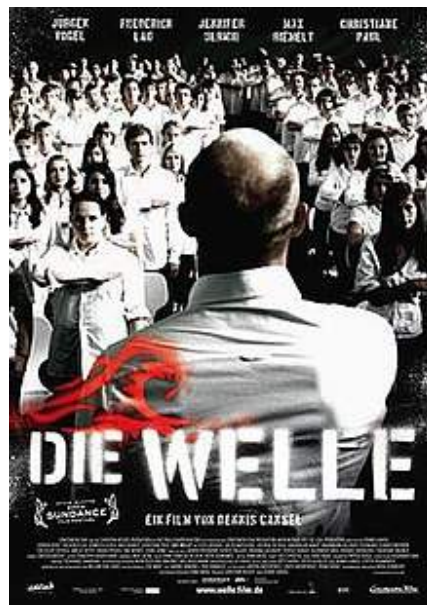
Como o nome já explicita, o neonazismo é uma nova forma de propagação do nazismo, ou seja, é uma ideologia com valores semelhantes ao anterior em um contexto da atualidade, sendo propagado por conta de causas também próximas dos pretextos de antigamente como as dificuldades nos momentos de conturbação social: o desemprego, a violência, a desigualdade social e dificuldade de vida. Assim, o neonazismo possui em sua bandeira valores como a superioridade dos brancos (raça “ariana”), a anti-imigração – e consequente xenofobia –, o nacionalismo exacerbado, o anticomunismo, o anticatolicismo e o antissemitismo. Além disso, os neonazistas negam o acontecimento do Holocausto, argumentando que não houve perseguição e que o número de judeus mortos não passou de 500 mil, e, ademais, não se intitulam racistas, apesar de suas práticas reforçarem a ascensão da raça “ariana” em detrimento da defesa da diversidade.



Fonte: Politize! / <http://ultimosegundo.ig.com.br>

Na atualidade, a ideologia neonazista já tem se propagado em diversos grupos de extrema-direita em países como Alemanha, França, Espanha, Áustria, Grécia, Estados Unidos, Brasil e Uruguai. Dentre esses ajuntamentos, alguns dos mais famosos definem sua principal pauta na “supremacia branca” – princípio de que pessoas de pele branca são superiores –, como a Nação Ariana, o White Power, os Skinheads e a Ku Klux Klan. Um recente caso de neonazismo explícito ocorreu em Charlottesville, Estados Unidos, no dia 12 de agosto de 2017 em um protesto contra a presença de negros, homossexuais, imigrantes e judeus e, além disso, a manifestação era contra a retirada da estátua de um general confederado – que lutou pelo Sul na Guerra Civil dos Estados Unidos – chamado Robert E. Lee, pois o consideram um símbolo histórico de ideais como a supremacia branca. Os atos ocorreram principalmente na Universidade de Virgínia e causaram momentos de tensão e violência, principalmente com os grupos que faziam oposição aos extremistas de direita – como o grupo Black Lives Matter (a vida dos negros importa, em tradução literal para o português).

- Sugestão:
- Filme: “A Onda”



- Filme: “Ele está de volta”



6. A influência da economia capitalista nas guerras

Após a queda do feudalismo, o sistema econômico predominante que surgiu na Europa durante o século XVI foi denominado capitalismo. Entre as suas principais características, encontra-se a acumulação de capital como epicentro da vida econômica. O capitalismo é um regime econômico onde a titularidade dos meios de produção é privada. Estes meios operam em função do benefício, ao passo que as decisões econômicas são tomadas em função do capital investido e consoante a competência (concorrência) pelos mercados de consumo e trabalho assalariado. A classe social mais alta dentro desse sistema econômico recebe o nome de burguesia capitalista.

O capitalismo tem como uma de suas mais impressionantes características a capacidade de se renovar constantemente, muitas vezes a partir de suas próprias contradições, transformando tudo em mercadoria, ou seja, em dinheiro. As drogas, que acompanharam a trajetória da Humanidade desde suas origens, só passaram a ser consumidas em massa a partir de sua associação à imagem dos jovens que as usavam como forma de contestação ao capitalismo na década de 1960. Daí para a frente, tornaram-se o mais lucrativo negócio da atualidade, movimentando estimados 320 bilhões de dólares por ano, segundo a Organização das Nações Unidas (Onu).



Fonte: US Army

Esse sistema econômico possui momentos favoráveis e momentos de crise que muitas vezes são influenciados pelos meios político e sociais do país. Nos períodos de crise, as empresas pressionam os governos por uma solução rápida para o retorno de circulação de capital: a guerra. A guerra, não só aumenta a venda de arma, como também mobiliza a indústria, o comércio e os serviços, além de eliminar excedentes populacionais.

A excessiva busca por lucro também envolve a procura de petróleo e pedras preciosas. Muitos países como Estados Unidos e boa parte da Europa recorrem à exploração de países do continente africano, do Oriente Médio e da América Latina. Historicamente, é possível ressaltar que durante o sistema mercantilista dos séculos XV e XVIII, em que alguns historiadores afirmam ser o início do capitalismo, ocorreram as extrações de minério das colônias espanhola e portuguesa que posteriormente lutaram por lucro torna-se estopim para conflitos e guerras.



Fonte: Usaid/Sandra Coburn

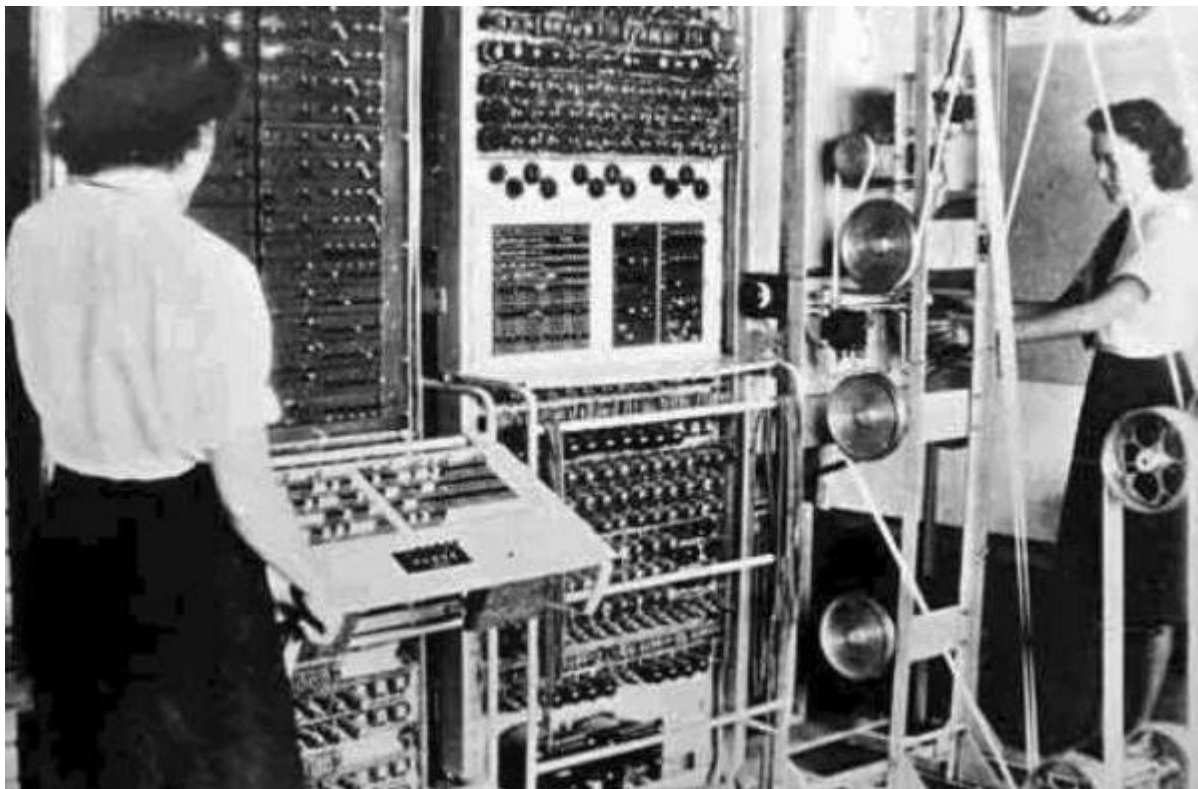


Fonte: ReproduçãoTVBahia

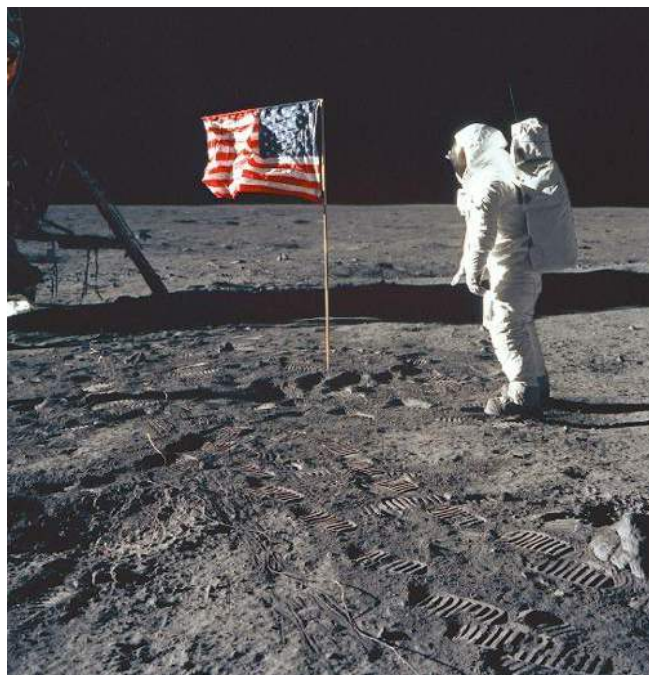


Fonte: think4photop / Shutterstock.com

As guerras também são responsáveis por grandes invenções, como é o caso da Segunda Guerra Mundial que abriu espaço para o início da Terceira Revolução Industrial, com invenções como o primeiro computador que revolucionou o mundo capitalista. Essas invenções tiveram como causa a disputa armamentista entre o capitalismo e o socialismo denominada Guerra Fria após o término da Segunda Guerra, levando o homem a explorar além da Terra.



Fonte: Reprodução/Colossus Computer



Fonte: Neil Armstrong / NASA

6.1 Capitalismo, guerras e o meio ambiente

Um tema muito pouco estudado, mas de suma importância, são os efeitos danosos que as guerras têm trazido ao meio ambiente e à qualidade de vida das populações envolvidas. É inquestionável que qualquer conflito armado de média ou de grande proporção causa prejuízos ambientais, independentemente das vidas humanas que são diretamente ceifadas em virtude de tal evento.

Durante a Guerra do Vietnã, os Estados Unidos utilizaram o agente laranja, um herbicida que prejudica as folhas das árvores e que termina por contaminar toda a cadeia ecológica prejudicando também os seres humanos. Na atualidade, passados mais de vinte anos do final do conflito, a fauna, a flora, o solo, o subsolo e os recursos hídricos daquele país permanecem contaminados e ainda existem crianças nascendo com má-formação por conta da referida substância.

Talvez o mais grave atentado contra o meio ambiente em todo o planeta também tenha sido perpetrado pelos norte-americanos, ao jogarem a bomba atômica em Hiroshima e em Nagasaki. Apesar da tecnologia investida em descontaminação, ainda hoje os índices de radioatividade são muito altos e a ecologia da região segue prejudicada em todos os aspectos.

A prática de prejudicar o meio ambiente em períodos de guerra não é igual, uma das táticas dos exércitos da Antiguidade era matar os animais e atear fogo nas moradias e plantações dos adversários. Os romanos tinham como especialidade o envenenamento das fontes de água potável que abasteciam as cidades inimigas, deixando aqueles habitantes ao mesmo tempo doentes e sedentos.

Existe realmente uma relação direta entre o direito à paz e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. É por isso que a Declaração Universal do Direito ao Meio Ambiente e ao Desenvolvimento Sustentável, celebrada por ocasião da 2ª Conferência Internacional do Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas, também conhecida como a Eco-92, consagra respectivamente nos seus Princípios 24 e 25 que *“A guerra é, por definição, contrária ao desenvolvimento sustentável. Os Estados devem, por conseguinte, respeitar o Direito Internacional aplicável à proteção do meio ambiente em tempos de conflito armado, e cooperar*

para seu desenvolvimento, quando necessário” e que “A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis”.

Em 2001, considerando o fato de que o meio ambiente frequentemente permaneceu como uma vítima não publicizada da guerra, a Assembleia Geral da ONU declarou 6 de novembro como o Dia Internacional para a Prevenção da Exploração do Meio Ambiente na Guerra e no Conflito Armado. Contudo, quanto maior a perpetuação de conflitos armados, maior o dano ambiental e maior a dificuldade de restauração da paisagem de países como Afeganistão e Iêmen.



Fonte: Divulgação



Fonte: Hunter Vaughan

gerando a queda dos preços dos barris. Durante essa dificuldade, o presidente estabelece uma série de medidas liberais e um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), resultando no aumento do preço dos combustíveis e passagens e, consequentemente, no protesto “Caracazo”, o qual aconteceu em fevereiro de 1989 e deu respaldo para uma tentativa de golpe. Nessa tentativa, participou Hugo Chávez, que foi preso. Quando foi solto, concorreu às eleições presidenciais e foi eleito em 1998.

A manutenção no poder de Hugo Chávez durou 14 anos, em 3 mandatos seguidos, em um regime de governo com ideais diferentes dos antepassados, já que o novo presidente era soldado, boliviano, socialista e anti-imperialista. Contudo, o petróleo ainda continuava como o principal produto de exportação venezuelana. Desse modo, as decisões do governante eram consideradas extremistas, autoritárias, nacionalistas e populistas. Por conseguinte, surgiram grupos de oposição ao governo, apesar da manutenção no poder de Hugo, gerando uma tentativa de golpe de Estado que sofreu em 2002, quando a crise na Venezuela era política. Para neutralizar a oposição, ele silenciou parte da imprensa e perseguiu aos opositores.

No seu governo, não houve uma diversificação na exportação de produtos, ou seja, o petróleo continuou a ser o foco dos investimentos. Assim, com o preço dos barris em alta, a Venezuela conseguiu lucrar, o que fez o governo usar a massiva entrada de dólares para importar tudo que era consumido no país. Ademais, entre outras ações, houve a nacionalização de setores estratégicos (reservas de petróleos, telecomunicações, eletricidade, etc.) e a realização de projetos na área da saúde e educação, fazendo com que muitos o vissem como um ícone. Em contrapartida, com esses feitos e a aproximação do governo à Cuba, com Fidel Castro, Chávez afastou investimentos internacionais e, conjuntamente, os EUA e o olhar positivo da comunidade internacional a Venezuela.

Em 2011, Hugo precisou se afastar do governo devido às operações que deveria realizar após seu anúncio de que estava com câncer. O então Ministro das Relações Exteriores, que seria seu vice na candidatura de Chávez do ano seguinte, Nicolás Maduro, passou a ganhar destaque, tendo que ser o representante oficial do governo em múltiplas ocasiões. Em 2012, é feita uma nova eleição e, mesmo com o

candidato da oposição Henrique Capriles (governador do estado de Miranda), Chávez é eleito novamente para um mandato de seis anos. Todavia, após dois meses, o presidente falece e é feita uma nova eleição na qual Nicolás Maduro ganha de Capriles por uma pequena diferença.



Fonte: BBC

Desde meados de 2014, já no governo de Maduro, o preço dos barris de petróleo começou a cair gradualmente em decorrência de alguns fatores como a recusa por parte da Arábia Saudita - principal produtora de petróleo do mundo - e outros países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) de diminuírem suas produções para manter os preços, além de uma demanda menor do que a esperada da Europa e da Ásia e o aumento da produção de xisto (rocha metamórfica) pelos EUA, viabilizando a produção de petróleo de xisto e gerando uma alternativa às importações advindas da Venezuela.

Ademais, somando-se o pouco lucro com a produção petrolífera, a falta de preocupação do governo de Chávez com o desenvolvimento da agricultura e da indústria e os escândalos de corrupção geraram como consequência a escassez de infraestrutura na empresa estatal de petróleos de Venezuela (PDVSA). Além disso, as ilhas caribenhas podiam comprar o petróleo venezuelano abaixo do preço de mercado por meio de uma aliança entre a Venezuela e os países do Caribe, a Petrocaribe.

Essa queda na produção acentuou o baixo incentivo que as indústrias possuíam de se desenvolver, e estimulou o setor privado a importar cada vez mais. Tomando como base a dependência dos produtos importados, somado a o decréscimo das exportações, começou a faltar produtos essenciais nos supermercados, levando ao desabastecimento de mercados, farmácias e hospitais.

Por consequência, o governo adquiriu dívidas públicas, pois começou a depender muito dessas importações, gastando muito dinheiro. Assim, a solução encontrada foi imprimir mais dinheiro, para que fosse possível cobrir os desfalques das contas públicas. Porém, ao se imprimir mais dinheiro, a oferta da moeda acaba se tornando maior que a demanda, o que faz com que o preço do dinheiro em si caia, sendo necessário mais dinheiro para comprar as mesmas coisas. Em outras palavras, essa solução fez com que a inflação, ou seja, o aumento dos preços, ficasse alto.

Com o objetivo de manter o valor da moeda local (bolívar), o governo criou uma política cambial para controlar a compra de dólares pela população e obrigou os comerciantes a venderem seus produtos abaixo do preço de custo para que se controlasse artificialmente a inflação, levando inúmeros estabelecimentos a falência. Somada a essa hiperinflação, o governo ainda tinha que expandir seus gastos para garantir a manutenção dos programas sociais.

Existe até hoje, na política, uma crise na Venezuela muito forte, que coloca de um lado os chavistas e do outro os opositores do governo, e essa oposição é fortemente marcada pela presença das forças armadas.

Em janeiro de 2019, muitos manifestantes tomaram as ruas de Caracas, na Venezuela, pedindo a deposição do presidente Nicolás Maduro. O Congresso, de maioria oposicionista, não reconhece a última eleição de Maduro, que considera fraudulenta. Dessa forma, declarou vaga a presidência da República e o presidente do Congresso Juan Guaidó assumiu como presidente interino até que haja uma eleição presidencial com garantias democráticas. Ele foi reconhecido por EUA, Brasil e mais de 60 países como mandatário legítimo.

Guaidó, que já obteve amplo apoio internacional, ofereceu anistia a soldados que aceitem se juntar a ele. Ele entregou panfletos a militares detalhando uma lei de anistia que os protegeria caso eles o ajudem a derrubar Maduro. *“Compartilhem com*

os soldados em sua família, com seus amigos e vizinhos”, escreveu Guaidó no Twitter. O documento também foi entregue por parlamentares de oposição e líderes estudantis a membros da Guarda Nacional.

O líder opositorista, que preside a Assembleia Nacional, convocou os venezuelanos a participarem de uma nova jornada de protestos para exigir que ajuda humanitária possa chegar ao país e que *“as Forças Armadas fiquem do lado do povo”*.

A legitimidade das eleições em que Maduro foi eleito para um segundo mandato, em maio do ano passado, é amplamente contestada. EUA, Canadá, Israel, Austrália e vários países sul-americanos, como Brasil, Argentina e Colômbia, já reconheceram Guaidó como presidente interino da Venezuela. Em contrapartida, Rússia, China, Turquia, Bolívia, Nicarágua e Cuba continuam apoiando Maduro.

O governo do presidente americano Donald Trump reconheceu Guaidó como presidente interino logo após ele se autoproclamar como chefe de Estado. Maduro acusou o rival de participar de um golpe orquestrado por conselheiros de Trump, entre eles os veteranos da Guerra Fria John Bolton e Elliot Abrams.

Bolton, conselheiro de segurança nacional dos EUA, escreveu em sua conta no Twitter que *“qualquer violência e intimidação contra diplomatas americanos, contra o líder democrático venezuelanos, Juan Guaidó, ou contra a Assembleia Nacional representariam um grave ataque contra o Estado de Direito e desencadeariam uma resposta significativa”*.

Em uma aparição televisiva no domingo, Maduro perguntou a soldados se eles estavam conspirando com os EUA. *“Não, comandante”*, gritaram em uníssono. Maduro respondeu: *“Estamos prontos para defender nossa pátria – sob quaisquer circunstâncias.”*

O presidente acompanhou uma exibição dos equipamentos russos de que o Exército venezuelano dispõe, numa demonstração de força militar e lealdade.

No dia 01 de março de 2019, Guaidó deixa o Brasil após visita diplomática ao presidente Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto. O político venezuelano embarca para o Paraguai afirmando que a passagem pelo Brasil foi “muito importante”, um “respaldo da democracia” para a reconstrução da Venezuela. Juan Guaidó chamou o Brasil de “povo irmão” e agradeceu ao país. Contudo, devido á medida de Maduro na

semana anterior, durante a visita de seu adversário a Brasília, fronteira entre Brasil e Venezuela permaneceu fechada pelo oitavo dia seguido. Cerca de 50 pessoas vindas da Venezuela chegaram à região de fronteira. Elas se reuniram com os militares venezuelanos que bloqueiam a entrada no país vizinho e, em seguida, começaram a recolher pedras e rejeitos que estavam pelo chão.

Até o momento, as Forças Armadas permaneceram leais a Maduro, tendo disparado gás lacrimogêneo e balas contra manifestantes, matando dezenas de pessoas e, ao mesmo tempo, muitos venezuelanos vão constantemente às ruas pedindo a saída de Maduro.



Fonte: Agência Brasil/Marcelo Camargo

No espaço, o satélite Suomi da Nasa testemunhou o apagão registrado na Venezuela na primeira semana de março, que já é considerado o mais longo da história do país. No fim da tarde de sete de março de 2019, houve uma falha na rede elétrica que teve origem na usina hidrelétrica Simón Bolívar, a principal do país, conhecida como Guri. No entanto, apenas cinco dias após o ocorrido, no dia 12 de março, o ministro da Comunicação, Jorge Rodríguez, afirmou que o fornecimento de energia estava restituído "quase totalmente em todo o território nacional". Contudo, há anos algumas regiões do país, muito antes do apagão, sofrem muitas restrições elétricas.

O governo diz que o apagão foi causado por uma sabotagem e culpa a oposição. Já especialistas do setor elétrico consultados pela BBC News Mundo, o serviço em espanhol da BBC, mostram um incêndio "no corredor" da principal linha de transmissão da hidrelétrica Guri.

O apagão persegue afetando o cotidiano dos venezuelanos, milhões estão sem água e energia elétrica desde então.



Fonte: AFP / BBC

8. Posicionamento dos Participantes

República Federativa do Brasil

A República Federativa do Brasil está comprometida em ajudar e contribuir para causas específicas em cooperação com outros países, promovendo a ideia de trabalhar em conjunto em busca de resoluções pacíficas de disputas em vez de recorrer à violência. A nação brasileira busca evitar os problemas políticos e econômicos de outros países, permanecendo efetivamente neutra - sua Constituição oficial afirma que o Brasil deve buscar a integração global de todos os países da

América do Sul antes da vantagem de si como uma entidade individual. Atualmente, os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, perdendo apenas para a China, no entanto, o país permanece como membro dos BRICS (grupo de países com mercado emergente que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Canadá

A política externa do Canadá tem um caráter global claramente expresso. Em Ottawa, acredita-se que isso é exigido pela natureza global das relações econômicas estrangeiras canadenses e tais ameaças à paz e à estabilidade internacional, tais como a proliferação de armas nucleares e outras de destruição em massa, pobreza, terrorismo, etc. O elemento mais significativo da política externa do Canadá e um dos seus nichos mais visíveis no sistema de relações internacionais é a construção da paz. A alta classificação do Canadá no mundo e entre os países em desenvolvimento assegurou amplamente suas iniciativas e participação nas operações de manutenção da paz da ONU. A adesão a abordagens multilaterais para resolver problemas, disputas e conflitos internacionais, a rejeição de ações unilaterais por qualquer poder nesta esfera, incluindo, em regra, os Estados Unidos, é uma característica distintiva da política externa canadense.

República Popular da China

A China continua limitada por seus próprios problemas internos, incluindo a ascensão do nacionalismo; defeitos na democracia e nos direitos humanos; atrasada na reforma política; desequilíbrio na economia; e os perigos representados por uma sociedade em transformação. Esses problemas moldam a atual política externa conservadora de Pequim, que se concentra em evitar problemas. Quando um problema acontece, o Ministério das Relações Exteriores da China mobiliza todos os seus recursos para extingui-lo, a mesma estratégia que implementa em assuntos domésticos. A ascensão da China como uma das potências mais importantes do mundo vem aos poucos tornando mais tensas as suas relações com países vizinhos,

e com os Estados Unidos que por sua vez encontra dificuldade de se ajustar a ascensão chinesa.

Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América são uma república constitucional federal composta por 50 estados e um distrito federal, denominada a maior potência mundial desde o fim da Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. O objetivo da política externa dos Estados Unidos, como mencionado na Agenda de Política Externa do Departamento de Estado, é o de "criar um mundo mais seguro, democrático e próspero para o benefício do povo americano e da comunidade internacional." Além disso, o United States House Committee on Foreign Affairs estabeleceu como alguns de seus objetivos jurisdicionais: "controles de exportação, incluindo a não proliferação de tecnologia e hardware nuclear; medidas para fomentar relações comerciais com as nações estrangeiras e para salvaguardar os negócios americanos no exterior; acordos internacionais das commodities; educação internacional; e proteção dos cidadãos americanos no exterior e de expatriados".

República Francesa

A política externa da França está baseada numa longa tradição diplomática de vários séculos e em alguns princípios fundamentais: direito dos povos de dispor de si mesmos, respeito aos direitos humanos e aos princípios democráticos, respeito ao Estado de Direito e cooperação entre as nações. Dentro desse quadro, a França se empenhou sempre em salvaguardar a sua independência nacional, trabalhando ao mesmo tempo pelo desenvolvimento de solidariedades regionais e internacionais. Em matéria de segurança, os anos da guerra fria e o período de instabilidade que a sucedeu atribuíram às nações democráticas, entre as quais a França, importantes responsabilidades.

Como uma das cinco potências nucleares, a França é responsável pela manutenção e adaptação de sua dissuasão às novas realidades estratégicas e pretende levar em conta a dimensão europeia de sua defesa, trabalhando ao mesmo

tempo pela interdição total dos testes nucleares e engajando-se em prol do controle das armas e do desarmamento. Membro permanente do Conselho de Segurança, a França participou diretamente de inúmeras operações de manutenção da paz (Oriente Médio, Camboja, ex-Iugoslávia, R.D. Congo, Etiópia-Eritreia, Serra Leoa, Costa do Marfim, Haiti, etc.).

Federação Russa

A Federação Russa, ou Rússia, reconhecida pelo direito internacional como Estado sucessor da União Soviética, é uma democracia federal, baseada em um sistema de Estado de Direito sob a forma de República. A Rússia assume o papel permanente dentro do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), na qual desempenha um papel importante na manutenção da paz internacional. Sua política externa é multifacetada, sendo determinada pelo presidente e implementada pelo Ministério de Assuntos Estrangeiros. Em 2009, o país mantinha relações diplomáticas com 191 países e tinha 144 embaixadas. Além disso, a Federação Russa é membro do BRICS, Conselho da Europa, da OSCE, da APEC e possui relações com a OTAN.

A Rússia tem o maior arsenal de armas nucleares e a segunda maior frota de submarinos nucleares do mundo, além de ser o único país, além dos Estados Unidos, com uma força moderna de bombardeiros estratégicos. O país tem uma ampla indústria armamentista, produzindo a maior parte dos seus equipamentos militares, com apenas alguns tipos de armas importadas. A Rússia é o principal fornecedor mundial de armas, uma posição que tem mantido desde 2001, representando cerca de 30% das vendas mundiais de armas e exportando armas para cerca de 80 países.

Reino da Noruega

O Reino da Noruega ou apenas Noruega mantém embaixadas em 86 países, enquanto 60 países mantêm uma embaixada na Noruega, todos eles na capital,

Oslo. O país é um dos membros fundadores da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), do Conselho da Europa e da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA).

Os noruegueses possuem o segundo maior PIB per capita nominal (depois de Luxemburgo) e o terceiro maior PIB (PPC) per capita do mundo. A Noruega também manteve o primeiro lugar entre todos os países do mundo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por seis anos consecutivos (2001-2006), e depois recuperou essa posição em 2009.

lêmen

O Iêmen é um país árabe de fronteira com a Arábia Saudita, que permanece em guerra civil há anos. Um dos países mais pobres do mundo, com baixo IDH e Índice de Gini elevado. Sua crise afeta sua população, na qual muitos morrem de fome e possuem condições desumanas de vida. No entanto, muitas potências lucram significativamente com a guerra no local, tornando-se a paz no país uma tarefa árdua.

República da União de Myanmar

A Birmânia, mais conhecida atualmente como Myanmar, é um país asiático com muita diversidade étnica e religiões. Seu sistema de governo foi uma ditadura militar de 1988 a 2011. As mais importantes relações internacionais eram dadas com a República Popular da China, a qual apoiava o regime militar do extinto Conselho de Estado para a Restauração da Lei e da Ordem e que fornece principalmente armas de fogo para o exército birmanês. Era uma relação de simbiose, permitindo que a China tenha acesso ao oceano Índico e que influenciava-lhe a respeito de um regime que dependia de seu apoio. Já os laços econômicos são fortalecidos, principalmente

entre as empresas públicas e multinacionais do Ocidente, participantes ativas nas indústrias birmanesas que extraem petróleo e gás.

O país atualmente enfrenta diversas crises em relação às suas minorias étnicas, levando parte da população a buscar refúgio em países vizinhos.

Comunidade da Austrália

A Austrália, é uma nação muito comprometida com o multilateralismo, termo que se refere a vários países trabalhando em conjunto sobre um tema, e mantém um programa de ajuda internacional ao abrigo do qual cerca de 60 países recebem assistência. O IDH do maior país da Oceania é considerado muito alto em relação aos outros países do mundo, além de ser considerada a 13º maior economia. Nas últimas décadas, as relações exteriores da Austrália têm sido motivadas por uma associação estreita com os Estados Unidos através do pacto ANZUS, e pelo desejo de desenvolver relações com a Ásia e com o Pacífico, nomeadamente através da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e do Fórum das Ilhas do Pacífico. Em 2010, a Austrália estava negociando um acordo de livre comércio com o Japão, com o qual a Austrália tem estreitos laços econômicos como um parceiro confiável na região da Ásia-Pacífico.

República Bolivariana da Venezuela

Durante a maior parte do século XX, a Venezuela manteve relações amistosas com os países latino-americanos e ocidentais. As relações entre a Venezuela e o governo dos Estados Unidos pioraram após o golpe de Estado na Venezuela de 2002, durante a qual o governo estadunidense reconheceu a presidência interina de Pedro Carmona. Do mesmo modo, laços com vários países da América Latina e do Oriente Médio que não são aliados dos Estados Unidos foram fortalecidos.

Desde março de 2015, o governo norte-americano durante a gestão de Barack Obama declarou o governo venezuelano como ameaça à segurança nacional de seu

governo. Com a crise política e econômica, os Estados Unidos permanece desaprovando o governo de Maduro, assim como o Brasil. Para a Rússia, a Venezuela representa um interesse geopolítico "muito importante" para "neutralizar os interesses" dos Estados Unidos em áreas tradicionalmente consideradas de influência russa. Além disso, acredita-se que a Venezuela deva à China cerca de US\$ 16 bilhões e muitos países que dependem do petróleo venezuelano, como a Índia, seguem prejudicados.

República Islâmica do Irã

O Irã é um país localizado na Ásia, na região do Oriente Médio, mais especificamente no Golfo Pérsico. No plano político, o território iraniano esteve durante muitos anos sob a influência da Inglaterra, mas também foi disputado pela Rússia (e, posteriormente, pela União Soviética). Além da posição de elevado valor geopolítico na região, o Irã apresenta muitas reservas petrolíferas, o que atrai em elevado grau as grandes potências internacionais. Em 1979 houve a chamada Revolução Iraniana, que mudou em grande medida a posição do Irã no mundo. Atualmente, as tensões tornaram-se maiores diante do programa nuclear do Irã, que, aparentemente, limita-se à produção de energia, mas não deixar de levantar temores sobre supostas produções de armas atômicas.

República Islâmica do Afeganistão

O Afeganistão é um país asiático, seu território está localizado no centro deste continente. A população afegã totaliza 28,1 milhões de habitantes, sendo 24% residente em áreas urbanas e 76% em áreas rurais. Portanto, o Afeganistão é um país pouco urbanizado. A densidade demográfica é de 43 habitantes por quilômetro quadrado e o crescimento demográfico é de 3,4%. Cabul, capital do Afeganistão, é a cidade mais populosa, nela residem 2,5 milhões de pessoas. O país está em guerras

há mais de três décadas consecutivas. Os guerrilheiros fundamentalistas islâmicos uniram-se na luta contra a invasão soviética de 1979 a 1989. Com a expulsão dos soviéticos, os diferentes grupos étnicos e religiosos entraram em confronto, desencadeando uma guerra política. A milícia Talibã assumiu o domínio de 90% do território nacional, transformando a nação em uma teocracia islâmica. No entanto, após os ataques terroristas realizados nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, provocou a invasão dos EUA, que derrotou a República Islâmica liderada pelo Talibã.

Estado da Palestina

A Palestina é uma área localizada entre o Mediterrâneo, na porção oeste. O espaço geográfico que, até 1948, pertencia completamente à Palestina, está hoje repartida em três regiões – uma corresponde a Israel e as outras, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, habitadas em grande parte por árabes de origem palestina, compreendem o almejado Estado da Palestina, mas continua ocupado por israelenses, na ausência de um tratado de paz definitivo. O povo palestino se encontra atualmente disseminado em países árabes ou em territórios reservados aos refugiados. Em 2012, com ampla maioria, a Assembleia Geral das Nações Unidas elevou o status da Palestina a Estado observador não membro, semelhante ao do Vaticano. A decisão não deu direito ao voto, mas foi um reconhecimento implícito da existência de um Estado soberano da Palestina.

9. Referências bibliográficas

9.2 Sobre o Comitê

Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/conselho-de-seguranca/> Acesso em 19 de dezembro de 2018

https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_de_Seguran%C3%A7a_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas Acesso em 19 de dezembro de 2018

<https://jus.com.br/artigos/29560/o-conselho-de-seguranca-da-onu> Acesso em 19 de dezembro de 2018

9.3.1 Guerra Civil Iemenita

Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/5-pontos-para-entender-a-guerra-civil-no-iemen-a-pior-crise-humanitaria-do-mundo.ghtml>, Acesso em 10 de janeiro de 2019

<https://www.youtube.com/watch?v=w3pES4l8MJk>. Acesso em 11 de janeiro de 2019

9.3.2 Guerra em Myanmar

Disponível em:

<https://www.terra.com.br/noticias/entenda-o-conflito-em-torno-dos-rohingya-em-myanmar.6612eba403f20cbb103f13b9508366f3ehlrvux.html> Acesso em 16 de fevereiro de 2019

<https://www.icrc.org/pt/guerra-myanmar> Acesso em 16 de fevereiro de 2019

<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/conflito-em-myanmar-onu-denuncia-limpeza-etnica-e-diaspora-do-povo-rohingya.htm> Acesso em 24 de março de 2019

https://pt.wikipedia.org/wiki/Conflitos_armados_em_Myanmar Acesso em 24 de março de 2019

<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2017/12/13/budismo-islamismo-e-limpeza-etnica-no-myanmar/> Acesso em 25 de março de 2019

9.3.3 Oriente Médio

Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42268607> Acessado em 02 de fevereiro de 2019

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43479249> Acessado em 02 de fevereiro de 2019

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/estado-islamico-conheca-o-grupo-seus-objetivos-e-suas-estrategias.html> Acessado em 02 de fevereiro de 2019

<https://www.infoescola.com/afeganistao/geografia-do-afeganistao/> Acesso em 02 de fevereiro de 2019

<https://www.politize.com.br/al-qaeda/> Acessado em 03 de fevereiro de 2019

<https://www.politize.com.br/taliba-terrorismo/> Acessado em 03 de fevereiro de 2019

<https://www.politize.com.br/hamas-conflito-palestina-israel/> Acessado em 03 de fevereiro de 2019

<https://www.politize.com.br/hezbollah/> Acessado em 03 de fevereiro de 2019

https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/5794/Guerra_Sovi%C3%A9tico-Afeg%C3%A3_Kenyo_Rossas_Esp_Hist_Mil_2018.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 23 de março de 2019

<https://www.youtube.com/watch?v=n7g0ZC-LBKM> Acesso em 23 de março de 2019

http://www.curso-objetivo.br/vestibular/roteiro_estudos/questao_palestina.aspx Acesso em 24 de março de 2019

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Mujahidin> Acesso em 25 de março de 2019

<https://nacoesunidas.org/afeganistao-tem-numero-recorde-de-mortes-de-civis-em-2018-indica-relatorio/> Acesso em 6 de abril de 2019

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u64886.shtml> Acesso em 7 de abril de 2019

<https://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2005/07/27/ult1808u45725.jhtm> Acesso em 7 de abril de 2019

Aulas sobre Palestina - professora Izolina: Acesso 7 de abril de 2019

9.4 Evolução Tecnológica de Grupos Radicais

Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Extremismo> Acesso em 25 de janeiro de 2019

<https://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/saiba-quais-sao-os-principais-grupos-terroristas-do-mundo/> Acesso em 25 de janeiro de 2019

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ciberterrorismo> Acesso em 25 de janeiro de 2019

https://elpais.com/tecnologia/2018/10/10/actualidad/1539167719_159632.html
Acesso em 25 de janeiro de 2019

<https://catracalivre.com.br/cidadania/o-que-o-porte-de-armas-nos-eua-tem-ensinar-para-o-brasil/> Acesso em 03 de fevereiro de 2019

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/08/ataques-a-tiros-com-mais-de-10-mortos-estao-mais-frequentes-nos-eua-mostra-levantamento.ghtml> Acesso em 03 de fevereiro de 2019

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/27/internacional/1459108178_560630.html
Acesso em 03 de fevereiro de 2019

9.5 Ressurgimento de Neonazistas

Disponível em:

<https://www.politize.com.br/nazismo/> Acesso em 9 de janeiro de 2019

<https://www.todamateria.com.br/nazismo/> Acesso em 9 de janeiro de 2019

<https://www.significados.com.br/nazismo/> Acesso em 14 de janeiro de 2019

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Holocausto> Acesso em 18 de janeiro de 2019

<https://www.bbc.co.uk/programmes/p0118qq6/p0118pmq> Acesso em 19 de janeiro de 2019

<https://www.politize.com.br/neonazismo-o-rosto-do-nazismo-na-atualidade/> Acesso em 19 de janeiro de 2019

<https://www.politize.com.br/extrema-direita-na-europa/> Acesso em 03 de fevereiro de 2019

9.6 A influência da economia capitalista nas guerras

Disponível em:

<https://conceito.de/capitalismo>. Acesso em 13 de janeiro de 2019

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/12/opinion/1492009074_482693.html. Acesso em 13 de janeiro de 2019

http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1668. Acesso em 29 de janeiro de 2019

<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2018/11/07/148316-onu-meio-ambiente-biodiversidade-deve-ser-protegida-dos-efeitos-da-guerra-e-do-conflito-armado.html>. Acesso em 02 de fevereiro de 2019

9.7 A crise política e militar na Venezuela

Disponível em:

<https://www.politize.com.br/crise-na-venezuela/> Acesso em 26 de janeiro de 2019

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515> Acesso em 29 de janeiro de 2019

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/01/27/quem-e-juan-guaido-presidente-interino-da-venezuela.ghtml> Acesso em 03 de fevereiro de 2019

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/disputada-pelos-dois-lados-forcas-armadas-podem-decidir-crise-venezuelana/> Acesso em 04 de fevereiro de 2019

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/01/guaido-agradece-apoio-do-brasil-e-embarca-para-o-paraguai.ghtml>. Acesso em 02 de março de 2019

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/13/crise-na-venezuela-como-foram-vistos-do-espaco-os-seis-dias-de-apagao-no-pais.ghtml>. Acesso em 14 de março de 2019

<https://www.nsctotal.com.br/noticias/venezuelanos-ficam-sem-agua-apos-apagoes-maduro-decreta-acionamento-de-energia> Acesso em 03 de abril de 2019

9.8 Posicionamento dos participantes

Disponível em:

<https://www.brazil.org.za/foreign-relations-and-the-military.html> Acesso em 06 de abril de 2019

<https://apoio-aprendiz.com.br/categories/abnt/biologia/politica-externa-do-canada> Acesso em 06 de 2019

<https://foreignpolicy.com/2013/04/23/how-to-understand-chinas-foreign-policy/> Acesso em 06 de abril de 2019

<http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199916245.001.0001/oxfordhb-9780199916245-e-023> Acesso em 06 de abril de 2019

https://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais_dos_Estados_Unidos

<https://recife.consulfrance.org/Politica-externa> Acesso em 06 de abril de 2019

https://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%BAssia#Governo_e_pol%C3%ADtica Acesso em 06 de abril de 2019

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Myanmar> Acesso em 06 de abril de 2019

https://pt.wikipedia.org/wiki/Noruega#Rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais Acesso em 06 de abril de 2019

https://pt.wikipedia.org/wiki/Austr%C3%A1lia#Rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais_e_for%C3%A7as_armadas Acesso em 07 de abril de 2019.

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47312442> Acesso em 07 de abril de 2019

https://pt.wikipedia.org/wiki/Venezuela#Rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais Acesso em 07 de abril de 2019

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/afeganistao.htm> Acesso em 08 de abril de 2019

<https://www.infoescola.com/historia/palestina/> Acesso em 8 de abril de 2019

<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/onu-eleva-palestina-a-status-de-estado-observador-nao-membro,e3084c6e09d3d310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

Acesso em 8 de abril de 2019

<https://alunosonline.uol.com.br/geografia/ira.html> Acesso em 8 de abril de 2019

